

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

OS MEMBROS DA PRAXE ACADÉMICA NA MIRA DOS ESTEREÓTIPOS: EFEITOS DO CONTEXTO  
DE COMPARAÇÃO SOCIAL E DA IDENTIFICAÇÃO GRUPAL

Paula Cristina Lopes

novembro de 2011

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade  
do Porto, orientada pelo Professor Doutor Rui Nuno Guedes Serôdio  
(F.P.C.E.U.P.)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central testar a existência de estereótipos acerca do grupo dos Membros da Praxe Acadêmica, aos quais os indivíduos recorrem consoante o seu posicionamento em relação a este grupo, nomeadamente o seu grau de identificação com ele. O racional que sustenta o presente trabalho procura articular os quadros teóricos e empíricos da Teoria da Identidade Social (e.g. Tajfel & Turner, 1986), da Teoria da Auto-Categorização (e.g. Turner et al., 1987) e da investigação relativa aos estereótipos sociais (e.g. Oakes, Haslam & Turner, 1994).

Nos dois primeiros estudos o objetivo foi identificar as características que são mais frequentemente associadas ao grupo dos Membros da Praxe (Estudo 1) e determinar a valência que lhes é atribuída em termos absolutos, i.e., independentemente do “objeto social” a que o indivíduo os aplica (Estudo 2).

No Estudo 3, após ativação de um contexto de comparação intergrupala, testámos em que medida a atribuição das dimensões resultantes dos dois estudos anteriores ao grupo dos Membros da Praxe é determinado pelo “valor social” absoluto deste grupo ou pelo grau de identificação dos participantes com ele. Para isso, pedimos aos participantes que atribuíssem aquelas dimensões aos Membros da Praxe Acadêmica e a um outro grupo-alvo, que tinha uma valência social positiva ou negativa, tanto em termos absolutos como por comparação com o grupo dos Membros da Praxe. Prevíamos que o padrão de atribuição destas dimensões de avaliação deveria evidenciar um favorecimento endogrupal (elevada atribuição de dimensões de valor positivo e baixa de dimensões de valor negativo) por parte daqueles que se identificam fortemente com o grupo dos Membros da Praxe Acadêmica e uma diferenciação negativa por parte dos participantes com fraca (ou nenhuma) identificação com este grupo social (grosso modo, o padrão inverso de atribuição). Testámos ainda se a atribuição das dimensões fundamentais de julgamento Moralidade e Competência evidencia o mesmo padrão. Relativamente aos outros grupos-alvo com os quais o grupo dos Membros da Praxe era contrastado no contexto, prevíamos que o padrão de julgamento fosse determinado apenas pelo valor social absoluto desses grupos: São mais atribuídas dimensões de valor positivo do que negativas ao grupo socialmente valorizado, acontecendo o inverso com o grupo que tem um valor negativo.

Os resultados não são consistentes com a nossa predição que envolve a Identificação com os Membros da Praxe. Contudo, são parcialmente consistentes com a ideia de que este grupo é socialmente estereotipado, e discriminado, em relação a outros grupos: Enquanto nestes últimos a atribuição de dimensões sociais de diferente valência tem uma relação direta com o valor social atribuído ao grupo, o mesmo não se passa com os Membros da Praxe.

## ABSTRACT

The main objective of the present work is to test the existence of stereotypes about the group of Members of the Academic Praxis, considering that individuals use these stereotypes depending on their position in relation to this group, including their degree of identification with it. The rationale underpinning this paper seeks to articulate the empirical and theoretical frameworks of Social Identity Theory (e.g. Tajfel & Turner, 1986), Self-categorization Theory (e.g. Turner et al., 1987) and research on social stereotypes (e.g. Oakes, Haslam & Turner, 1994).

The aim of the first two studies was to identify the attributes that were most often associated with the group of Members of the Academic Praxis (Study 1) and to determine the valence assigned to it in absolute terms, that is, regardless of the "social objects" to which the individual applies to (Study 2).

In Study number 3, upon an activation of an intergroup comparison context, we tested the extent to which the assignment of the dimensions from the two previous studies of the Members of the Academic Praxis is determined by the "social value" of this group or by the absolute degree of the participants' identification with this particular group. We asked the participants to ascribe those dimensions to the Members of the Academic Praxis and to another target group, which had a positive or negative social value, both in absolute terms and in comparison with the group of Members of the Academic Praxis. We predicted that the pattern of allocation of these appraisal dimensions would demonstrate an ingroup bias (great allocation of high positive dimensions and low attribution of negative valued dimensions) by those who strongly identify themselves with the group of Members of the Academic Praxis. We also predicted a negative differentiation by participants with low (or none) identification with this social group (as to say, the inverse pattern of assignment). We further tested if the assignment of the fundamental judgment dimensions of Morality and Competence showed the same pattern. In what concerns to the other target groups with which the group of Members Academic Praxis was contrasted in terms of the context, we predicted that the pattern of judgment would be determined only by the absolute social value of those groups: Positive valued dimensions to the social valued group would be more assigned than the negative ones, and the reverse would happen with the group that has a negative value.

The results are not consistent with our prediction concerning the identification with the Members of the Academic Praxis. However, they are partially consistent with the idea that this group is socially stereotyped and discriminated in relation to other groups: While in these last groups the allocation of social dimensions with different valence has a direct relationship with the social value assigned to the group, the same doesn't occur with the Members of the Academic Praxis.

## RÉSUMÉ

Le présent travail a pour principal objectif tester l'existence de stéréotypes relatifs au groupe des Membres du Bizutage Académique, stéréotypes auxquels les individus ont recours selon leur position par rapport à ce groupe, notamment leur degré d'identification avec celui-ci. Le raisonnement qui supporte la présente étude cherche à articuler les données théoriques et empiriques de la Théorie de l'Identité Sociale (e.g. Tajfel & Turner, 1986), de la Théorie de l'autocatégorisation (e.g. Turner et al., 1987) et de l'investigation au sujet des stéréotypes sociaux (e.g. Oakes, Haslam & Turner, 1994).

Dans les deux premières études, le but fut d'identifier les caractéristiques qui sont le plus souvent associées au groupe des Membres du Bizutage (Étude 1) et de déterminer la valence qui leur est assignée en termes absolus, soit, indépendamment de l' "objet social" auquel l'individu les applique (Étude 2).

Dans l'Étude 3, après activation d'un contexte de comparaison intergroupe, nous avons testé à quel point les dimensions attribuées, lors des deux études précédentes, aux Membres du Bizutage sont déterminée par la "valeur sociale" absolue de ce groupe ou le degré d'identification des participants à celui-ci. Dans ce sens, nous avons demandé aux participants d'attribuer ces dimensions aux Membres de Bizutage Académique et à un autre groupe, de valence positive ou négative, aussi bien en termes absolues qu'en comparaison au groupe de Membres du Bizutage. Nous prédisions que le modèle de répartition de ces dimensions évaluative démontrerait une préférence endogroupe (une attribution élevée de dimensions de valeur positive et faible attribution de dimension de valeur négative) par ceux qui s'identifient fortement au groupe des Membres du Bizutage Académique et une différenciation négative par les participants à faible (ou aucune) identification avec ce groupe social (grosso modo, la tendance inverse d'attribution). Nous avons encore testé si l'attribution de dimensions fondamentales de jugement Moralité et Compétence démontrait la même tendance. Relativement à d'autres groupes cibles avec lesquels le groupe des Membres du Bizutage était contrastés dans le contexte, nous avons prédit que le modèle de jugement serait déterminé par la valeur absolue de ces groupes sociaux: sont attribués plus de dimensions de valeur positive que négative aux groupes socialement valorisés, se produisant l'inverse avec le groupe de valeur négative.

Les résultats ne sont pas conformes nos prévisions impliquant l'identification aux Membres du Bizutage. Cependant, ils sont partiellement compatibles avec l'idée que ce groupe est socialement stéréotypé et discriminé par rapport à d'autres groupes: Alors que dans ces-derniers l'attribution de dimensions sociales de différentes valences révèle une relation directe avec la valeur sociale attribuée au groupe, ce qui ne s'observe pas dans le cas des Membres du Bizutage.

## Agradecimentos

*Part of the blessing is that experimental social psychologists are able to use their knowledge and skill to perform the appropriate research to test hypotheses in a solid and convincing manner.*

Aronson, E., Wilson, T. D. & Brewer, M. B. (1998). Experimentation in social psychology. In D. T. Gilbert, S.T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology*. New York: McGraw-Hill, p.100

Acredito convictamente que todo o trabalho de “mero aprendiz” emerge não só da sapiência detida pelo seu mestre, e que lhe é permitida absorver, mas sobretudo da confiança por este em si depositada. Por isto, e por muito mais que não é passível de ser descrito, o meu primeiro agradecimento vai naturalmente para o Professor Doutor Rui Serôdio, que criou as condições indispensáveis para dar vida e qualidade a esta minha ousadia – que sem o seu contributo não passaria de uma cândida ousadia – e por ter sido o principal responsável pela minha ainda breve mas marcante experiência naquilo a que Aronson, Wilson e Brewer designam de “*part of the blessing*”.

Não poderia deixar de agradecer também aos docentes que tiveram uma clara influência (diria eu minoritária, face ao contexto em que nos encontramos) na escolha da Psicologia Social como linha preferencial de investigação. Assim, agradeço à Professora Doutora Isabel Rocha Pinto o seu discurso extasiado sobre as oportunidades e potencialidades consagradas no exercício da Psicologia Social, que fizeram despontar uma até então inexistente curiosidade por esta área. Ao Professor Doutor José Marques reconheço a sua forma ímpar de lecionar, que me fizeram apaixonar ainda mais por tudo aquilo que me foi possível apreender sobre os infindáveis domínios da Psicologia Social.

Ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, e em particular ao Dr. Rui Sousa, pelo trabalho e cuidado em reunir as condições necessárias à concretização deste estudo.

À Praxe, pelas experiências e ensinamentos, mas sobretudo por todas pessoas especiais que me deu a conhecer e que foram os verdadeiros pilares do exacerbamento desta minha pertença grupal.

À Lúcia, por ter sido a companheira desta viagem, repleta de momentos atribulados e outras tantas conquistas.

À Paula Fortuna, pela disponibilidade e o companheirismo excepcionais dos quais tive o privilégio de usufruir nestes últimos tempos de curso.

À Emilie, pelos intensos momentos de partilha *e-learniana*, repletos de anseios e aspirações.

À Teresa, por ser a melhor “*Work-mate*” que alguma vez poderia almejar “descobrir” e por ter ornamentado toda esta jornada com um brilho singular.

À Nisa por ter sido a parte mais racional dos meus (não raros) momentos de dúvida, e por ter sempre acreditado mais em mim do que eu mesma.

À Tânia, pela amizade incondicional e presença constante, proporcionando os momentos de descontração imprescindíveis para uma saudável execução deste projeto.

Por último, não poderia terminar este capítulo sem deixar uma palavra àqueles a quem devo tudo aquilo que fui conquistando neste meu trajeto:

À minha Mãe, agradeço por ter projetado em mim todos os seus sonhos e expectativas, inculcando uma incessante aspiração de ser mais e melhor.

Para o meu Pai, não chega uma vida para retribuir todo o seu esforço, dedicação e afeto. Na minha *Conta-Corrente*, também ela recheada de *Polémicas* e *Manhã(s) Submersa(s)*, ficará *Para Sempre* a certeza de que, em todos os momentos, foste, és e serás o herói desta tão nossa *Alegria Breve*.

## Índice Geral

Introdução	1
CAPÍTULO 1. Enquadramento Teórico	3
1.1. Teoria da Identidade Social	3
1.1.1 A Natureza Cognitiva, Comparativa e Emocional da Identidade: Os Processos de Categorização, Comparação e Identificação social.	3
1.1.2 Categorização e Categorização Social.	5
1.1.3 Comparação Social e Gestão de uma Identidade Social Positiva	6
1.2. Teoria da Auto-Categorização – Auto-Estereotipia e Despersonalização do “Eu”	7
1.2.1 Protótipos e Despersonalização	8
1.3.1 As Funções dos Estereótipos à Luz da Teoria da Identidade Social	10
1.3.2 Diferentes Perspetivas sobre as Funções dos Estereótipos	11
1.3.3 Conteúdo Estereotípico Fundamental: Moralidade e Competência	12
1.4 Os Membros da Praxe Académica como Potenciais Alvos de Estereotipia e Discriminação	13
CAPÍTULO 2. Estudos Empíricos	17
2.1 Estudo 1. Dimensões estereotípicas do grupo dos Membros da Praxe Académica	18
2.1.1 Método	18
2.1.2 Resultados	19
2.1.3 Discussão	20
2.2 Estudo 2. Valência das Dimensões Estereotípicas sobre os “Membros da Praxe Académica”	22
2.2.1 Método	22
2.2.2 Resultados	22
2.2.3 Discussão	25
2.3 ESTUDO 3. Atribuição de dimensões de avaliação aos Membros da Praxe Académica comparativamente a outros grupos	25
2.3.1 Método	27
2.3.2 Medidas dependentes	28
2.3.3 Resultados	32
2.3.4 Discussão e Conclusões	37
CAPÍTULO 3. Considerações Finais	44
Referências Bibliográficas	47
Anexos	51

## Introdução

O objetivo central do corrente trabalho é a análise da possível existência de estereótipos negativos relativamente a um grupo social particular: Os Membros da Praxe Académica. Em consequência, este grupo é discriminado negativamente relativamente a outros grupos aos quais é atribuído, em termos absolutos, um valor social positivo ou negativo por comparação com os Membros da Praxe. Concretamente, para estes grupos o padrão de julgamentos através de múltiplas dimensões de valor distinto é determinado pelo valor social que lhes é atribuído, mas o mesmo não se verifica no caso dos membros da praxe. Relativamente a este grupo, por exemplo, dimensões que lhes são reconhecidas como fortemente características (ou estereotípicas) mas que têm um valor social “absoluto” positivo são-lhe pouco atribuídas.

Os estereótipos consistem na atribuição de um conjunto de características a indivíduos, que são considerados comuns e partilhados pelos restantes membros das categorias às quais pertencem. Por outras palavras, é uma inferência resultante da pertença de uma pessoa a uma dada categoria (Brown, 1995). Apesar da oscilação da definição deste conceito social como forma normal ou errónea e rígida de pensamento, são inegáveis as funções individuais e sociais dos estereótipos na compreensão do mundo social por parte dos indivíduos (e.g. Tajfel, 1981). As dimensões de Moralidade e Competência têm vindo a tomar uma relevante projeção enquanto fontes informativas fundamentais do julgamento social, tendo por isso um papel preponderante no domínio dos estereótipos sociais (e.g. Wojciszke, 2005).

Nos Capítulos 1 traçamos o enquadramento teórico da literatura mais relevante para o presente trabalho, nomeadamente a Teoria da Identidade Social (e.g. Tajfel & Turner, 1986), a Teoria da Auto-Categorização (Turner *et al.*, 1987), e ainda sobre a investigação que incide sobre os Estereótipos no domínio da Psicologia Social (e.g. Tajfel, 1981; Oakes, Haslam & Turner, 1994; Operario & Fiske, 2000).

No Capítulo 2, apresentámos os três estudos empíricos realizados no presente projeto. O Estudo 1 consistiu na recolha de evocações livres sobre características que os indivíduos associam aos Membros da Praxe Académica. O objetivo era a identificação de dimensões estereotipicamente associadas a este grupo social.

No Estudo 2, verificámos a valência “absoluta” atribuída a cada uma das características ou dimensões que derivaram do Estudo 1: Isto é, foi definido o seu valor social, independentemente de um qualquer contexto de julgamento em que são empregues ou de um “objeto social” específico a que deve ser atribuídas.

No Estudo 3, numa primeira fase, entre outros aspetos os participantes deviam definir o valor de múltiplos grupos sociais que lhes eram apresentados, entre eles o dos Membros da Praxe. De entre

esses grupos foram selecionados dois para contrastar com os Membros da Praxe Académica na segunda fase do estudo: Um dos grupos selecionados tem um valor positivo e outro tem um valor negativo, tanto em termos absolutos como por comparação com o dos Membros da Praxe. Nesta fase do estudo foi testado de que forma os participantes consideram que as dimensões de avaliação testadas nos estudos anteriores, bem como as dimensões fundamentais de Moralidade e a Competência são atribuíveis aos Membros da Praxe Académica, num contexto de julgamento em que este grupo era contrastado com um outro grupo de valor social positivo ou negativo, tanto em termos relativos como absolutos.

Por último, no Capítulo 3, apresentamos uma conclusão reflexiva e integradora dos resultados obtidos, fazendo ligação com a teoria anteriormente apresentada e referindo a pertinência deste estudo para investigação futura.

## CAPÍTULO 1. Enquadramento Teórico

### 1.1 Teoria da Identidade Social

*Por muito rica e complexa que possa ser a visão dos indivíduos sobre si próprios em relação ao mundo físico e social que os envolve, certos aspetos desta visão são uma contribuição da sua pertença a determinados grupos, ou categorias sociais. Entre estas pertenças, umas são mais salientes do que outras; e algumas delas podem ter uma saliência variável consoante a altura e as várias situações sociais (Tajfel, 1981, p. 290).*

A teoria da identidade social (TIS), proposta por Henri Tajfel (1978), tem nas relações intergrupais e nas influências da categorização social o seu objeto primordial. Trata-se de uma teoria das relações entre grupos e dos efeitos da pertença a categorias sociais sobre o comportamento, cognições e afetos do indivíduo, sem com isso negligenciar os processos intragrupais que estão associados à auto-definição dos indivíduos enquanto membros de um grupo (e.g. Abrams & Hogg, 1990; Hogg, 1996; Hogg & Abrams, 1988; Tajfel, 1978, 1982; Tajfel & Turner, 1986 *cit in* Serôdio, 1999, p. 7).

A origem desta abordagem assenta em, pelo menos, quatro linhas de investigação desenvolvidas por Tajfel: (1) O efeito da categorização na acentuação perceptiva das similaridades entre os estímulos de uma mesma categoria e a diferenciação entre estímulos de categorias distintas (Tajfel, 1959 *cit in* Hogg, 2006), (2) a análise do papel dos processos cognitivos, especialmente da categorização, no fenómeno do preconceito (Tajfel, 1969, *cit in* Hogg, 2006), (3) a demonstração que o facto de se ser categorizado, numa base minimal ou trivial, leva os indivíduos a discriminar a favor do seu próprio grupo (Tajfel *et al.*, 1971, *cit in* Hogg, 2006), e, por último, (4) uma crítica à investigação centrada na comparação social interpessoal, argumentando que em contextos intergrupais, as pessoas elaboram comparações que maximizam as diferenças entre si (enquanto membro de um determinado grupo) e os outros (enquanto membros de outros grupos) (Tajfel, 1974, *cit in* Hogg, 2006).

**1.1.1 A Natureza Cognitiva, Comparativa e Emocional da Identidade: Os Processos de Categorização, Comparação e Identificação social.** A definição de “grupo social” preconizada pela TIS é, na sua essência, sociocognitiva, uma vez que é compreendida em termos da conceção que os próprios indivíduos desenvolvem enquanto membros de um determinado grupo, ou seja, trata-se de “uma entidade cognitiva significativa para o indivíduo num determinado momento” (Tajfel, 1978, *cit in* Serôdio, 1999, p.12).

No quadro da TIS, um grupo social existe, psicologicamente, quando um conjunto de indivíduos auto-constroem-se e auto-percecionam-se como integrantes de uma mesma categoria social, partilhando uma série de atributos que os distingue coletivamente de outros indivíduos (Hogg, 2006), a par com um envolvimento emocional e que circunscreve, ainda, um certo consenso social relativamente à avaliação do grupo e da sua qualidade como membros pertencentes ao mesmo (Tajfel & Turner, 1986).

Tajfel propõe que, quando influenciados por uma determinada categorização social, os indivíduos se sentirão como parte integrante de um grupo e esta pertença terá efeitos na sua auto-perceção e autoavaliação: A perceção do indivíduo de que é membro de uma determinada categoria social resulta no processo de *identificação social*. A simples pertença a um grupo não qualifica a categoria social como sendo identificativa do indivíduo. Para que isso aconteça, é necessário que (1) o indivíduo reconheça essa pertença como auto-definidora (Turner, 1984), (2) lhe atribua significado, importância e valor (Tajfel, 1972, *cit in* Hogg & Abrams, 1988), e que (3) os outros reconheçam essa pertença grupal, isto é, que seja externamente validada (Hogg & Abrams, 1988; Tajfel, 1978).

O número e variedade de situações sociais que o indivíduo vai considerar relevantes, de alguma maneira, para a sua pertença ao grupo, aumentarão em função da clareza da sua consciência de que é membro de um determinado grupo; da grandeza das avaliações positivas ou negativas associadas a essa pertença; e da grandeza de investimento emocional na consciência e avaliações. Ora, segundo Sherif (1966), tudo isto irá aumentar o número e variedade de situações em que um indivíduo «interagirá, coletiva ou individualmente, com outro grupo ou seus membros segundo a sua identidade de grupo» (*cit in* Tajfel, 1981, p.263). Reciprocamente, *certas* situações sociais obrigarão a maior parte dos indivíduos envolvidos a agir segundo a sua pertença de grupo, sendo que o desenvolvimento e continuação destas poderão, segundo Tajfel (1981), acentuar o significado de pertença ao grupo. Assim, este autor define um terceiro princípio, na sequência da combinação dos dois anteriores, ou seja, o facto de haver uma retroação positiva entre eles. “As situações sociais que obrigam os indivíduos envolvidos a agir segundo a sua pertença a grupos sociais também acentuam neles certas identificações de grupo que antes não tinham grande significado para eles, ou talvez criem mesmo ou despertem pertenças de grupo, antes adormecidas ou só potenciais. Como consequência, e de acordo com o primeiro princípio, muitas dessas pessoas terão, provavelmente, a perceção *comum* de um número e variedade cada vez maior de situações sociais, de alguma maneira relevantes para as suas pertenças de grupo” (*idem*, p.272).

Alguns motivos têm sido propostos para responder à questão sobre o que é que leva os indivíduos a abraçar uma determinada identidade social. Por exemplo, Hogg e colegas (Hogg & Abrams, 1993; Hogg & Mullin, 1999) propuseram que a identidade do grupo vai ao encontro de uma necessidade

fundamental de reduzir a incerteza e conquistar significado e clareza nos contextos sociais. A ancoragem do *self* à pertença a um determinado grupo é reconhecida como sendo um meio eficaz para atenuar a incerteza em determinados contextos. Parece inquestionável que uma das funções da pertença grupal, e da identificação social, está associada ao facto desta pertença fornecer ao indivíduo uma auto-definição e um “guião” que descreve e prescreve percepções, atitudes, sentimentos e comportamentos (e.g. Taylor e Moghaddam, 1994).

A categorização social e a comparação social são dois processos centrais no quadro da TIS, é por meio destes que se “definem” as categorias sociais e o respetivo valor e, conseqüentemente, é construída a identidade social do indivíduo derivada da sua pertença a grupos ou categoria sociais.

**1.1.2 Categorização e Comparação Social.** A categorização social é a base cognitiva dos processos de identidade social (Turner *et al.* 1987) pelo facto de representar o processo através do qual se agrupam os objetos ou acontecimentos sociais, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo.

A aquisição das diferenças de valor entre o seu próprio grupo (ou grupos) e outros grupos faz parte integrante dos processos gerais de socialização. Trata-se de certas *consequências* da pertença ao grupo a que designamos de «identidade social». Partindo dos trabalhos de Bruner e colegas sobre a categorização (Bruner, 1955; Bruner, Goodnow & Austin, 1956, *cit in* Serôdio, 1999), neste quadro conceptual acerca dos processos de grupo, a categorização social pode ser considerada como um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade, permitindo que um complexo e multifacetado terreno social seja reconfigurado em termos dos protótipos endo- e exogrupais.

A interação entre as diferenças de valor, socialmente derivadas, por um lado, e os «mecanismos» cognitivos da categorização, por outro, têm especial preponderância em todas as divisões sociais em «nós» e «eles». Ou seja, todas as categorizações sociais promovem a distinção entre o grupo próprio do indivíduo e os grupos alheios em comparação ou por contraste com ele.

Estão inerentes ao processo de categorização dois tipos de raciocínio: o raciocínio indutivo está presente no agrupamento dos estímulos atendendo às suas semelhanças; e o raciocínio dedutivo reconhecido no desenvolvimento de critérios que, tendo em conta as categorias já estabelecidas, orientam a percepção dos indivíduos relativamente aos fenómenos exteriores (Serôdio, 1999). “A categorização tem, assim, uma dupla função. Por um lado, gera um paralelismo entre os objetos que compõem o ambiente e o sistema categorial de representações desse ambiente na estrutura cognitiva dos indivíduos. Por outro lado, produz critérios determinantes da percepção dos acontecimentos exteriores ao indivíduo à luz do sistema de categorias que o indivíduo já possui” (Serôdio, 1999, p. 8).

Na representação cognitiva do ambiente, edifica-se um sistema de categorias alicerçado num conjunto de critérios orientadores da percepção dos indivíduos. Entre a percepção ambiental e a representação cognitiva, encontramos um processo cognitivo particular: a acentuação perceptiva (Tajfel, 1981). No que respeita aos objetos sociais – nomeadamente a percepção de pessoas – este processo consiste no aumento das semelhanças percecionadas entre elementos pertencentes a uma mesma categoria social e, simultaneamente, das diferenças entre objetos de categorias distintas (Tajfel, 1981).

**1.1.3 Comparação Social e Gestão de uma Identidade Social Positiva.** De acordo com a TIS, o valor atribuído à identidade social resulta da comparação social entre o estatuto do grupo de pertença (endogrupo) e o estatuto de grupos salientes dos quais não é membro (exogrupos). Ou seja, o valor do endogrupo é definido em função dos contextos intergrupais. Perante uma comparação intergrupar adversa, na qual o indivíduo perceciona o endogrupo como sendo “inferior” a um exogrupo relevante, a sua identidade social é ameaçada. Em consequência, os seus membros tendem a diligenciar um conjunto de estratégias que permita comprovar que o seu grupo é, comparativamente, mais positivo, almejando, assim, uma visão mais positiva de si próprios (Rego, 2009). Deste modo, para a TIS, o que move os indivíduos nos seus comportamentos e atitudes intergrupais é, fundamentalmente, a procura da construção e manutenção de uma identidade social positiva (e.g. Tajfel & Turner, 1986).

Tajfel (1972, 1978) recorre à teoria da comparação social de Festinger (1950, 1954) para definir o processo de comparação social. Todavia, destaca-se da mesma ao definir este processo como anterior aos processos de percepção de semelhança interpessoal (isto é, a partilha interpessoal com outros de valores, crenças, etc.) e de atração interpessoal – ou seja, associar-se a outras pessoas pelas quais se sente maior atração, uma vez que lhe são mais similares (Tajfel, 1981). Noutros termos, é na representação do *grupo* que encontramos a diferença entre os dois autores. Festinger reconhece o *grupo* como contexto, ou seja, o sujeito adere a grupos sociais compostos por pessoas que lhe são pessoalmente similares, para se poder comparar com os outros. Por sua vez, Tajfel considera o grupo como objeto, dado que os indivíduos, uma vez categorizados como membros de um grupo, atribuem um significado social e pessoal a tal pertença, especialmente quando se identificam positivamente com ele, sendo, então, a comparação social o instrumento para a definição da identidade social (Serôdio, 1999).

O processo de comparação social acarreta, não raras vezes, consequências para os membros do grupo, nomeadamente quando percecionam que existe negatividade associada ao valor do grupo. Neste contexto, os indivíduos recorrem a uma de duas estratégias possíveis, que constituem os extremos de um *continuum* de crenças subjetivas: a *mobilidade social* e a *mudança social*. A mobilidade social é definida por Goldhamer (1968) como o “movimento de indivíduos, famílias e grupos de uma posição social para outra” (*cit in* Tajfel, 1981, p.277), tendo Tajfel restringido este termo à mobilidade social individual, isto é, à possível transição dos membros de um grupo inferior para um grupo de

estatuto mais elevado, ou por outras palavras, ao abandono individual do endogrupo e consequente afiliação a um outro grupo de estatuto superior. Por sua vez, a mudança social está associada a duas estratégias: A criatividade social e a competição social. A criatividade social envolve a procura de uma nova perceção do contexto de comparação social. A esta estratégia está subjacente a crença do indivíduo, enquanto membro endogrupal, na estabilidade das posições dos grupos em comparação. Assim, a criatividade social pode manifestar-se na procura de: (1) Um outro exogrupo que permita uma comparação mais satisfatória para o endogrupo; (2) uma nova dimensão de comparação que favoreça o endogrupo; (3) uma redefinição dos extremos da dimensão de comparação, para que, sem que ocorra uma alteração da sua posição na dimensão, o endogrupo possa ser avaliado de forma menos desfavorável. Por seu turno, a competição social sustenta-se na crença de instabilidade do *status* intergrupar, na medida em que, por meio de uma situação de competição direta, o grupo de estatuto inferior pode almejar a inversão das posições do seu grupo com o exogrupo de referência.

## 1.2 Teoria da Auto-Categorização – Auto-Estereotípi e Despersonalização do “Eu”

A teoria da auto-categorização (Turner, 1984, 1985; Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987) embora represente um desenvolvimento da teoria da identidade social (e.g. Hogg & Abrams, 1988; Hogg & McGarty, 1990), não é uma “extensão” totalmente coincidente com a mesma. Segundo Turner (1987), enquanto o objetivo de Tajfel era explicar a discriminação intergrupar sendo a sua hipótese central cognitivo-motivacional (a pessoa distingue o seu próprio grupo dos outros grupos para obter uma identidade positiva), a teoria da auto-categorização “centra-se na explicação não de um tipo específico de comportamento grupar, mas no modo como os indivíduos são capazes de chegar a atuar como um grupo. A hipótese básica é uma elaboração cognitiva (ou sociocognitiva) da natureza da identidade social como nível de abstração de ordem superior na perceção do eu e dos outros” (Turner *et al.*, 1987, p. 42).

Segundo Serôdio (1999), um dos aspetos que diferencia as duas teorias é o estatuto teórico do conceito de identidade. Enquanto para a TIS a origem e objetivo do comportamento grupar está na procura de uma diferenciação positiva do seu grupo, para a teoria da auto-categorização é a própria identidade social que constitui o fundamento sociocognitivo do comportamento grupar (Turner *et al.* 1987), incorrendo esta última na formalização dos processos através dos quais a identidade social é cognitivamente construída. “Para esta teoria, a identidade social não é o resultado da pertença grupar, mas engloba antes diferentes categorizações sociais que estão na origem dos fenómenos grupais (cf. Oakes, Haslam & Turner, 1994). Noutros termos, a teoria da auto-categorização é uma teoria interessada na formação psicológica dos grupos.” (Serôdio, 1999, p. 28)

O segundo aspeto em que as duas teorias se distinguem, refere-se à forma como cada uma define a intervenção do “eu” no comportamento social (Turner *et al.*, 1987) patente nas três hipóteses centrais da teoria da auto-categorização (Turner, 1987, 1990): 1) Existe uma tendência para uma relação inversa entre a saliência dos níveis pessoal e social da categorização do eu. A auto-perceção social tende a variar ao longo de um contínuo, que vai desde percepção do Eu como pessoa única (máxima identidade intrapessoal e máxima diferenciação percebida entre o Eu e os membros do endogrupo) até à percepção do Eu enquanto categoria endogrupal (máxima semelhança com os membros do endogrupo e máxima diferenciação em relação aos indivíduos do exogrupo); 2) os fatores que realçam a saliência das categorizações endogrupo/exogrupo tendem a desenvolver a identidade percebida (semelhança, equivalência, intercâmbio) entre o Eu e os membros do endogrupo (e a diferença entre os indivíduos do exogrupo) e, portanto, a despersonalizar a percepção do Eu individual nas dimensões estereotípicas que definem a filiação ao endogrupo relevante. A *despersonalização* refere-se ao processo de “estereotipia do Eu”, mediante o qual as pessoas se percebem a si próprias mais como exemplares intercambiáveis de uma categoria social do que como personalidades únicas definidas pelas suas diferenças individuais em relação aos outros; 3) a despersonalização da percepção do Eu é o processo básico subjacente aos fenómenos de grupo (estereótipos sociais, coesão grupal, etnocentrismo, cooperação e altruísmo, contágio emocional e empatia, ação coletiva, normas compartilhadas e processos de influência social, etc.).

Estas três hipóteses desenvolvem princípios utilizados por Tajfel na sua análise das relações intergrupais. Na primeira hipótese, a TAC utiliza uma dimensão de análise muito semelhante ao contínuo interpessoal/intergrupar proposto por Tajfel (1978). Neste contínuo Tajfel faz corresponder a um polo os comportamentos idiossincráticos – determinados pelo “Eu” individual – e ao outro os comportamentos grupais – determinados por pertenças grupais. Contudo, distingue-se deste ao explicitar que em ambos os casos estará envolvido o “Eu”, atuando em diferentes níveis de abstração (Turner *et al.*, 1987 *cit in* Hogg & McGarty, 1990). Ou seja, o grau de identificação da pessoa com os grupos aos quais pertence não é constante, mas varia ao longo de um contínuo. No extremo de máxima identidade intrapessoal, estarão aquelas situações em que a pessoa se percebe a si própria como um ser individual, enquanto no outro extremo encontram-se as situações em que a pessoa sente a máxima identificação com determinado grupo, sendo a filiação a este grupo o que melhor define a sua identidade nesse contexto.

**1.2.1 Protótipos e Despersonalização.** A teoria da auto-categorização (Turner *et al.* 1987) propõe que os indivíduos representam cognitivamente uma categoria ou grupo social através do seu protótipo: Isto é, através de um conjunto de atributos (percepções, atitudes, sentimentos e comportamentos) que estão relacionados entre si de uma forma significativa e que simultaneamente captam as similaridades dentro do grupo e as diferenças relativamente a outros grupos. Os protótipos

não só descrevem categorias, como também definem o seu valor e prescrevem comportamentos para os seus membros. Os protótipos maximizam a entitatividade (propriedade de uma categoria que a faz parecer coesa e claramente estruturada, distinguindo-a de outras – e.g. Campbell, 1958; Hamilton & Sherman, 1996 *cit in* Serôdio, 1999) e definem-se por meio do processo de metacontraste – a sua configuração maximiza o rácio entre as diferenças intergrupais percebidas, e acentua as similitudes dentro dos grupos. Portanto, com o designado *princípio do metacontraste* desenvolve a ideia avançada pela TIS através do processo de acentuação perceptiva acima apresentado.

Segundo a TAC, quando uma categoria social é auto-inclusiva, o *Eu* torna-se despersonalizado, e assimilado ao protótipo do endogrupo: O grupo representa o *Eu*, e vice-versa. A definição deste *auto-conceito coletivo* promove e potencia a validação consensual da identidade e atitudes, sentimentos e comportamentos associados, entre os indivíduos que se auto-categorizam como membros de uma mesma categoria social.

O processo de despersonalização do *Eu*, referido na segunda hipótese acima, é o resultado da percepção estereotipada dos grupos gerada pela categorização social. Segundo Turner (1985), quando uma dada situação leva o indivíduo a perceber-se como um membro de um grupo (categorizações endogrupo/exogrupo) mais do que como sujeito singular (auto-categorização pessoal), este tenderá a ignorar as diferenças individuais que o separam dos outros membros do grupo e, conseqüentemente, a destacar as suas semelhanças com eles. Este processo cognitivo de despersonalização do eu está na base, segundo Turner (1985 *cit in* Hogg & McGarty, 1990), do comportamento grupal.

### 1.3 Estereótipos – Funções e Consequências

*For the most part we do not first see, and then define. We define first and then see.*

(Lippmann, 1922 *cit in* Operario & Fiske, 2000, p.24)

Walter Lipman introduziu a palavra “estereótipo” às ciências sociais no seu texto *Public Opinion* (1922) referindo-se a estes como “imagens na nossa cabeça” que simplificam a forma como pensamos sobre os grupos humanos” (e.g. Operario & Fiske, 2000). Muito posteriormente, Tajfel (1981) centra-se no que explicita como tratando-se de “estereótipos sociais”: Estereótipos relativos a um determinado grupo, partilhados por membros de outros grupos. Assim, por definição, a criação de um estereótipo é um processo coletivo, uma vez que apenas quando há consenso entre os membros de um grupo relativamente aos atributos de outro grupo, pode esse atributo ser incluído como parte do estereótipo.

Como vimos discutindo anteriormente, a forma como agimos e o que sentimos relativamente a outras pessoas deriva, em larga medida, dos grupos sociais aos quais pertencemos. Independentemente de serem ou não desejáveis, a verdade é que possuímos crenças acerca dos diferentes grupos sociais que influenciam a nossa interação com aqueles que são identificados como membros desses grupos. As interações baseadas na pertença grupal são ubíquas, sendo indispensável o processo de lidar com as pessoas em termos da sua pertença a determinados grupos.

Contudo, é frequentemente alegado (e.g. Mischel, 1981; Rothbart & John, 1985; Fiske *et al.*, 1987 *cit in* Oakes, Haslam & Turner, 1994) que esse processo poderá levar a uma interpretação equivocada sobre as verdadeiras características dos indivíduos. Em primeiro lugar, porque, tal como é sugerido por Tajfel (1979 *cit in* Oakes, Haslam & Turner, 1994), quando interagimos com as pessoas em termos da sua pertença grupal, tipicamente encaramo-las como sendo mais semelhantes às pessoas que partilham a sua pertença grupal, e, conseqüentemente, mais distintas das que não partilham essa pertença, do que na realidade são. Segundo, a percepção baseada em pertenças grupais acaba por estar “contaminada” por valores discriminatórios – tendemos a acreditar que os grupos aos quais pertencemos são melhores do que os outros (*viés endogrupal*). De forma a percebermos o processo de estereotipia é necessário examinar as formas como a cognição é mediada e medeia a pertença dos indivíduos a certos grupos e as relações sociais.

**1.3.1 As Funções dos Estereótipos à Luz da Teoria da Identidade Social.** Tajfel (1981) identificou cinco funções básicas dos estereótipos sociais, duas ao nível individual e três ao nível grupal. No que ao nível individual diz respeito, os estereótipos cumprem, por um lado, uma função cognitiva ao sistematizarem e simplificarem o ambiente e, por outro, uma função motivacional ao representarem e preservarem valores sociais relevantes para o indivíduo. Ao nível grupal, os estereótipos contribuem para a criação e manutenção das crenças grupais que são, posteriormente, utilizadas para explicar eventos sociais de larga escala e justificar várias formas de ação coletiva. Os estereótipos estão ainda envolvidos na criação e manutenção de uma *distintividade intergrupala positiva*, isto é, a tendência em diferenciar positivamente o endogrupo de exogrupos selecionados (Oakes, Haslam & Turner, 1994).

Tajfel (1981) considera que as funções a nível grupal carregam os fundamentos da análise do conteúdo dos estereótipos. Para além disso, enfatiza a necessidade de relacionar, ao invés de criar falsas barreiras, entre as funções individuais e grupais dos estereótipos, sugerindo que essa relação deverá sempre iniciar-se pelas funções grupais, relacionando-as, posteriormente, às funções individuais. Por outras palavras, para Tajfel o grupo e as suas tradições culturais, interesses e diferenciações sociais são o principal fator na origem da estereotipia, sendo que os restantes fatores terão que ser compreendidos à luz do facto de os estereótipos refletirem e tornarem possível a vida grupal.

Os estereótipos surgem, então, a partir de um processo de categorização, sendo o conteúdo das categorias em que as pessoas são incluídas, por virtude da identidade social que lhes está associada, gerado numa cultura ao longo de muito tempo. A tarefa do psicólogo social, segundo Tajfel (1981), é a de descobrir de que modo estas imagens são transmitidas aos membros individuais de uma sociedade, pois é a este nível que entra o processo de assimilação:

*(...) O processo de categorização é o molde que dá forma às atitudes intergrupo, enquanto a assimilação dos valores e das normas sociais é o seu conteúdo. Colocar os outros em diferentes categoriais sociais permite o processamento de informação e ação do lado do observador. Contudo, ocorrem problemas quando os outros categorizados não estão de acordo com a sua inclusão numa categoria, ou serem excluídos de outra, uma vez que em consequência da estereotípiã, os indivíduos membros dum grupo social a que se aplique um estereótipo, só deveriam ser considerados mais semelhantes entre eles em determinados atributos – nomeadamente naqueles que consideram como características suas e que fazem parte dos estereótipos culturalmente aceites pelo seu grupo (Tajfel, 1981, p.130).*

1.3.2 Diferentes Perspetivas sobre as Funções dos Estereótipos. Segundo Stangor e Shaller (2000), os protótipos do grupo são representações mentais que consistem num conjunto de associações entre os rótulos do grupo e as características que são assumidas como verdadeiras no mesmo. Assim, os protótipos são representações mentais dos grupos sociais, similares a esquemas do grupo, mas a um nível mais específico de representação. Os protótipos podem também ser conceptualizados como contendo a informação mais típica e abrangente ou valores idealizados sobre os membros de um determinado grupo. Uma das vantagens da abordagem dos protótipos é que faz predições mais explicitamente relacionadas com a memória de informação relevante relativamente ao grupo. Com base no modelo do protótipo, podemos prever se uma informação inconsistente ou consistente com o estereótipo poderá ser bem lembrada, dependente do número de fatores que determinam o desenvolvimento das associações entre as categorias e os estereótipos associados.

Os modelos culturais consideram a própria sociedade como sendo a base do conhecimento armazenado, e os estereótipos como informação pública sobre grupos sociais que são partilhados entre indivíduos dentro de uma dada cultura (e.g. Gardner, Kirby & Findlay, 1973; Katz & Braly, 1933; Tajfel & Forgas, 1981 *cit in* Stangor & Schaller, 2000). Assim, os estereótipos não existem só “na cabeça dos que percecionam a sociedade” mas também na própria “construção da sociedade” (Stangor & Schaller, 2000, p.68). Os estereótipos consensuais representam um aspeto do conhecimento coletivo total de uma sociedade que abrange os seus costumes, mitos, ideais, religião, etc. As normas sociais, como

parte de um sistema de crenças prevalecentes na sociedade, podem influenciar então a forma como se lida com determinados grupos estereotipados, culminando muitas vezes em ações altamente discriminativas. As normas mostram às pessoas que tipo de diferenciação é normal ou até necessária, e qual diferenciação é inaceitável ou até punível pelas autoridades. Para além da diferenciação dicotómica entre o nosso e grupo dos outros, as normas podem prescrever uma diferenciação entre os diferentes exogrupos.

Já segundo Tajfel (1981), o mais importante na análise dos estereótipos é a sua função e estrutura geral. Os estereótipos têm a função extremamente vantajosa de simplificar e ordenar o que é, de algum modo, complexo e aleatório, pois ajudam a transformar diferenças menos claras entre grupos em diferenças mais nítidas, ou a criar novas diferenças onde não existem nenhuma. Tajfel (1981) considera que a questão dos estereótipos é a da relação entre um conjunto de atributos: Enquanto o conhecimento específico que se tem sobre um indivíduo é escasso, a tendência será atribuir-lhe as características que provêm do conhecimento acerca do seu grupo de pertença. Daqui se extraem, diretamente, duas inferências: Uma é que em muitas situações sociais, apresentando ambiguidades notórias de interpretação, será sempre mais fácil encontrar evidência que fundamente as supostas características do grupo de um indivíduo, do que encontrar evidências que as contradigam. A segunda inferência (talvez socialmente mais importante) é que ao confrontar-se com a necessidade de interpretar o *comportamento grupal* dos membros de um determinado grupo, o mais provável é haver muito pouca retroação negativa clara na sequência da atribuição deste comportamento às supostas características do grupo ou categoria social: Ou seja, é pouco provável que a atribuição operada seja contestada.

**1.3.3 Conteúdo Estereotípico Fundamental: Moralidade e Competência.** Independentemente do objeto de um julgamento social ser um indivíduo ou um grupo, a moralidade e a competência serão, potencialmente, as duas principais categorias (características ou dimensões) que acabam por despontar no momento em que se desenrola esse julgamento (Wojciszke, Pienkowski, Maroszek, Brycz & Ratajczak, 1993). Com efeito, moralidade e competência são consideradas como as dimensões fundamentais dos julgamentos sociais pelo facto de (1) serem as responsáveis por grande parte da diferenciação entre os traços de personalidade (Rosenberg, Nelson & Vivekananthan, 1968, *cit in* Yzerbyt et. al., 2008); (2) estarem diretamente relacionadas com aspetos estruturais que moldam as relações intergrupais (Fiske, Cuddy, Click & Xu, 2002); e (3) ambas são responsáveis pela diferenciação do conteúdo de estereotipia em diversas culturas (Cuddy, Fiske & Glick, 2007).

Segundo Yzerbyt, Kervyn e Judd (2008), ambas as dimensões diferenciam traços através de um *continuum*. Enquanto para a moralidade, que salienta aspetos éticos e o sentido do correto e incorreto, pode variar, por exemplo, entre honestidade e desonestidade, no que diz respeito à dimensão competência, destacam-se as características que remetem para o sucesso na execução de diversas

tarefas e o cumprimento de objetivos, variando o *continuum*, por exemplo, entre competência e incompetência.

A organização de traços nestas duas dimensões tem subjacente um significado funcional que respeita dois desafios que o ser humano enfrenta, e que são críticos à sua sobrevivência (Ybarra, Chan & Park, 2001): Por um lado, são promotoras (ou inibidoras) de aceitação e conexão social e, por outro, potenciam (ou inibem) a manifestação de habilidades e a perseguição de objetivos.

Competência e moralidade estabelecem entre si uma relação única, especialmente marcada por um efeito de compensação (Fiske *et al.*, 2002). Isto é, os indivíduos podem ser julgados positivamente numa das dimensões mas ser julgados negativamente na outra. Apesar de alguns indivíduos poderem ser julgados negativamente ou positivamente em ambas as dimensões, a maioria dos estereótipos grupais são de natureza mista, ou competentes e imorais ou incompetentes e morais. Todavia, a investigação encontrou condições para o aparecimento do efeito de compensação, nomeadamente num contexto comparativo entre grupos (ou interpessoal) e entre a dimensão moral e a dimensão de competência, no seio de um mesmo grupo (Judd, James-Hawkins, Yzerbyt & Kashima, 2005).

Evidência mais recente (Yzerbyt *et al.*, 2008) mostra que a relação compensatória entre dimensões de estereotipia só acontece para as duas dimensões fundamentais. De facto, salientando uma das dimensões fundamentais e uma dimensão diversa da moral e da competência, verifica-se o efeito de halo. Ou seja, existe a tendência para pensar num indivíduo como bom ou mau numa determinada dimensão e julgar as restantes dimensões atendendo a este sentimento (Thorndike, 1920 cit in Kervyn *et al.*, 2009).

#### 1.4 Os Membros da Praxe Académica como Potenciais Alvos de Estereotipia e Discriminação

“Rito de passagem? Mas que passagem? Cada vez mais a única coisa que os estudantes transportam do liceu para a universidade é a sua carga de ignorância. (...) Tenho para mim que um dos sinais de degradação do ensino universitário nos últimos anos foi a progressiva introdução da praxe.” (Pacheco Pereira *in* Público, 09/01/2003)

A praxe académica, ou mais precisamente a pertença ao grupo dos Membros da Praxe Académica, é um conteúdo central no presente trabalho. Como tal, dedicamos-lhe esta secção final do enquadramento teórico do mesmo. A praxe académica corresponde a um conjunto de tradições, usos e costumes que se praticam e repetem ao longo dos anos no foro universitário. No entender daqueles que

nela participam, a tradição de integrar os caloiros na sua nova escola e nos seus próprios costumes está fortemente ligada à praxe. Esta está habitualmente associada a um ritual iniciático fortemente hierarquizado. Esta associação é de tal modo forte que muitas vezes se confunde o conceito de praxe, que é o conjunto de todas as tradições e rituais, com o de "gozo ao caloiro".

A praxe académica é, na globalidade, apresentada pelos meios de comunicação social através da exposição de casos de humilhação e violência que decorreram no contexto das tradições de receção aos novos estudantes que ingressam no ensino superior. Como aponta Frias (2003) “a Praxe – ou as imagens que cada um tem dela – voltou a irromper no cenário mediático (jornais, revistas, televisões) e político, chegando até ao gabinete do Ministro da Educação e até à Assembleia da República, em janeiro de 2003. Logo nos primeiros dias de janeiro, o Público publica uma informação sobre a queixa feita por uma aluna do 1º ano da Escola Superior de Saúde de Macedo de Cavaleiros, pertencente ao Instituto Piaget. A referida aluna enviara uma carta ao Ministério, na qual denunciava as humilhações a que fora sujeita, no âmbito das Praxes próprias do início do ano escolar” (p.93).

Nas notícias que foram entretanto surgindo, pudemos tomar contacto com diversas “opiniões, tomadas de posição, polémicas – do cidadão comum ao estudante, do (anti)praxista ao político – que foram divulgadas em várias dezenas de artigos de jornal, nas televisões, em revistas, até em sites da *Internet* (e.g., M.A.T.A<sup>1</sup>; Antípodas – Movimento Anti-praxe). Entre os “contra”, os termos utilizados [para se referirem aos Membros da Praxe] foram os seguintes: “irracionais”, “bêbados”, “primitivos”, “mastodontes”; falou-se, ainda, de “instintos” e de comportamento “primário” e “irrefletido”, servindo-se da Praxe e dos praxistas como um insulto – dirigido a seres do passado e feitos de instintos. Uma leitora do *Público* (11/01/2003), refere-se a “rituais de imbecilidade”, aos “fatos académicos tão tradicionais quanto ridículos”, a “atrasados mentais”. A polémica faz aparecer outras linhas de demarcação, como o dos problemas ligados às Universidades, aos estudantes e à sociedade, os seus valores em extinção para uns (João Almeida na Assembleia da República, deputado do PP), ou o seu inaceitável elitismo, para outros (Neves, *in Público*, 12/01/2003, doutorando no ISCTE, *in Frias*, 2003, pp. 93 – 94).

De acordo com Frias (2003), “este alarido tem consequências na forma (recodificação) e, a longo prazo, sem dúvida, no conteúdo dos costumes e dos rituais”. Com efeito, e como corolário destes acontecimentos, no início do ano letivo de 2008 o então Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Professor Doutor Mariano Gago), enviou uma carta a todas as universidades e institutos politécnicos onde defende que “a degradação física e psicológica dos mais novos como rito de iniciação é uma afronta aos valores da própria educação e à razão de ser das instituições de ensino superior” devendo “ser eficazmente combatida por todos – estudantes, professores e, muito especialmente, pelos

---

<sup>1</sup> Movimento Anti “Tradições Académicas

próprios responsáveis das instituições” (2008, p.1)<sup>2</sup>. Em 2009, traduziu esta realidade qualificando como infração disciplinar “a prática de atos de violência ou coação física ou psicológica sobre outros estudantes, designadamente no quadro das «praxes académicas» e cuja sanção pode ir da advertência à interdição da frequência da instituição”, sendo tomadas medidas de punição aos indivíduos envolvidos e aos órgãos institucionais complacentes com estas práticas. Como consequência, órgãos de gestão de diversos estabelecimentos de ensino superior têm vindo a colocar entraves ou até mesmo a proibir a realização de quaisquer atividades ligadas à Praxe nos seus recintos, chegando também alguns docentes e mesmo alunos a tomar posições demarcadas de desaprovação relativamente à *Praxe* e aos seus membros.

Também o Observatório dos Direitos Humanos publicou, em 2010, um documento no qual é patenteado o repúdio pelas “práticas de humilhação” veiculadas pelos estudantes mais velhos sobre os mais novos, nos diversos graus de ensino, entre os quais os do Ensino Superior em contexto de Praxe Académica: “A situação em análise (praxes académicas) relaciona-se com diversos direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente consagrados, bem como regulamentados em instrumentos e textos universais, nomeadamente na Declaração dos Direitos Humanos, termos em que pode e deve ser objeto de denúncia, análise e reflexão deste Observatório.”

De acordo com Tajfel (1981) apesar de ser verdade que os indivíduos se conduzem relativamente a outros indivíduos, não se conduzem necessariamente uns para com os outros enquanto indivíduos, comportando-se frequentemente como membros de categoriais sociais bem definidas e claramente distintas. Segundo Sherif (1966) sempre que indivíduos que pertencem a um dado grupo interagem, coletiva ou individualmente, com outro grupo ou membros dele, nos termos da sua identificação de grupo, estamos perante um exemplo de comportamento intergrupo (*cit in* Tajfel, 1981, p. 261). Por definição, o estereótipo é um processo coletivo, uma vez que apenas quando há consenso entre os membros de um grupo acerca dos atributos de outro, poderá um atributo ser incluído como parte de um estereótipo. O estereótipo, operacionalmente definido a partir das características que são frequentemente escolhidas ou endereçadas a um determinado grupo, está, segundo Taylor & Moghaddam (1994) relacionado com as perceções grupais relativamente a um objeto social, de tal forma que é teoricamente impossível determinar os estereótipos a partir das perceções de um único indivíduo.

A informação negativa captura a atenção das pessoas (Skowronski & Carlston, 1989 *cit in* Operario & Fiske, 2000), sendo que a investigação sobre a saliência indica que a atenção flutua entre estímulos negativos e extremos. Isto acontece porque geralmente espera-se que as outras pessoas ou eventos sejam de algum modo positivas ou benignas (Matlin & Stang, 1978 *cit in* Operario & Fiske,

---

<sup>2</sup> *In* Comunicado do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a Praxe Académica (10 de setembro de 2008)

2000) e, em contraste, os estímulos negativos e extremos acabam por se destacar. Consequentemente, os observadores assumem que os estímulos negativos e extremos são o diagnóstico de uma pessoa ou situação, e tornam-se portanto centrais para a subsequente formação de impressões (Skowronski & Carlston, 1989 *cit in* Operario & Fiske, 2000). Segundo Operario e Fiske (2000) as percepções sobre os exogrupos são particularmente vulneráveis aos efeitos cognitivos do comportamento negativo/extremo, havendo assim uma correlação ilusória: Ou seja, pode ser interpretada como um viés de codificação decorrente da avaliação imprópria da coocorrência ou da covariação de dois ou mais grupos de eventos e envolve a estimativa exagerada da ocorrência de eventos que se supõem associados.

Na sociedade moderna, uma forma privilegiada pela qual os estereótipos são transmitidos é através dos *mass-media* (internet - blogs, televisão, rádio, jornais). Os artefactos tangíveis do consumismo dos *mass-media* compreendem um caminho para a transmissão de estereótipos. Estas representações de estereótipos são conduzidas, implementadas e partilhadas por milhões de pessoas para lá das fronteiras da distância e do tempo. Que os *mass-media* são um importante repositório coletivo de estereótipos de grupo é reconhecido explicitamente pelos indivíduos que atendem à forma como os grupos e os seus membros são representados nos *media*, e pelos investigadores que codificam estas representações. Tomando em consideração a caracterização veiculada pelos *media*, que como pudemos perceber na descrição acima elaborada, se foca essencialmente nos eventos mais negativos ligados ao contexto da praxe académica, bem como as consequências que advieram dos vários casos de denúncia, pareceu-nos interessante analisar de que forma é estereotipado o grupo dos Membros da Praxe Académica, e como são atribuídas a este grupo social, por comparação com outros, diferentes dimensões de julgamento social, com valências variáveis.

## CAPÍTULO 2. Estudos Empíricos

Partindo do racional teórico e problemática atrás apresentados, o presente trabalho tem, por um lado, o objetivo de determinar de que forma é mais frequentemente caracterizado um grupo social específico – os Membros da Praxe Académica. Dito noutros termos, pretendemos saber como este grupo é estereotipicamente representado, e, adicionalmente, qual a valência social do mesmo: Isto é, testamos se este estereótipo é maioritariamente composto por características ou dimensões de valor positivo ou negativo. Por outro lado, uma vez estabelecida a existência de um tal estereótipo, testamos em que medida a atribuição das dimensões que o compõem, bem como outras dimensões de julgamento social, depende do contexto em que esta é operada. Nomeadamente, testamos em que medida a ativação de comparação social com outros grupos sociais cujo valor social é positivo ou negativo, afeta as atribuições que são feitas àquele grupo. Para testar estas ideias foram realizados três estudos.

No Estudo 1 analisamos as características que são mais frequentemente associadas ao grupo dos Membros da Praxe Académica. O objetivo é a definição de um conjunto de dimensões estereotípicas deste grupo social que são posteriormente empregues no Estudo 3.

No Estudo 2 testamos em que medida as características mais frequentemente evocadas relativamente aos Membros da Praxe – dimensões estereotípicas recolhidas no Estudo 1 – são avaliadas de forma positiva ou negativa em termos absolutos. Isto é, sem o constrangimento de um qualquer contexto sociocognitivo particular.

No Estudo 3, sustentados no quadro teórico da abordagem da identificação social (Tajfel & Turner, 1986; Turner et al., 1987), da auto-categorização (Turner, 1987/90) e da formação e função dos estereótipos (Tajfel, 1981; Operario & Fiske, 2000), procuramos testar em que medida as dimensões de avaliação social analisadas nos dois estudos anteriores, são utilizadas para discriminar o grupo social dos Membros da Praxe Académica. Para isso, testamos em que medida a ativação de um contexto sociocognitivo de comparação social com um grupo de valor social positivo ou negativo, bem como a sua identificação com os membros da Praxe, têm influência na avaliação que é feita quanto à atribuição das diferentes dimensões de avaliação (de valor positivo ou negativo) aos Membros da Praxe Académica. Fazemos esta mesma análise relativamente à atribuição das dimensões fundamentais de julgamento Moralidade e Competência (e.g. Fiske et al., 2002; Wojciszke et al, 1993; Yzerbyt et. al., 2008).

## 2.1 Estudo 1. Dimensões estereotípicas do grupo dos Membros da Praxe Académica

Partindo do racional da abordagem da identificação social (e.g. Tajfel, 1981; Turner, 1987), o primeiro estudo teve como objetivo a recolha de características que os indivíduos consideram que melhor definem os Membros da Praxe Académica. A ideia subjacente este estudo é a de que haverá um conjunto de fatores que os indivíduos tenderão a considerar próprias da caracterização dos Membros da Praxe Académica.

A investigação no quadro da TAC (e.g. Oakes, 1987; Oakes, Haslam & Turner, 1998; Oakes, Turner & Haslam, 1991 *cit in* Serôdio, 1999) mostra que a saliência de determinada categoria depende tanto da sua acessibilidade, que diz respeito à prontidão com que o indivíduo utiliza na perceção social, como da sua adequação, isto é, a medida em que essa categoria social descreve aspetos relevantes do contexto em que a categorização ocorre. Na categorização social a adequação tem duas componentes que operam conjuntamente: a adequação comparativa e a adequação normativa. A adequação comparativa diz respeito ao grau em que a categoria descreve as propriedades comparativas dos estímulos. Ou seja, relaciona-se com a eficácia da categoria para definir semelhanças entre os membros da mesma categoria e diferenças entre os membros de categorias sociais diferentes. Esta dimensão comparativa da adequação traduz-se no princípio do metacontraste. Assim, uma categorização é tanto mais saliente quanto mais contribuir para diferenciar os membros de categorias sociais diferentes, mas assimilando-os simultaneamente nas respetivas categorias (Oakes, Turner & Haslam, 1991 *cit in* Serôdio, 1999). Por seu turno, a adequação normativa incide sobre o significado social dos atributos dos membros da categoria. Refere-se à correspondência entre a categoria, os atributos que a definem, as propriedades dos estímulos, e os membros nela representados. Ou seja, o indivíduo tem determinadas expectativas relativamente ao comportamento (ou atributos) dos membros das categorias em diferentes dimensões comparativas.

Este estudo (à semelhança dos estudos que lhe sucederam) decorreu em espaço privilegiado no que se refere ao contacto com o grupo dos Membros da Praxe Académica, mais concretamente em dois estabelecimentos do Ensino Superior. Os participantes, na sua totalidade, são alunos inscritos nas respetivas faculdades.

### 2.1.1 Método

*Participantes.* Participaram no estudo 64 estudantes do Ensino Superior. Destes, 14 são do sexo masculino e 50 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos ( $M = 20.50$ ,  $DP = 1.29$ ).

*Procedimento.* Os participantes foram abordados em contextos informais do respetivo estabelecimento de ensino que frequentam, sendo-lhes pedido para participarem num estudo a ser realizado no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia. Mediante o seu prévio acordo, era facultado o questionário a cada um dos participantes.

No questionário é empregue uma técnica de “evocação livre” (cf. Anexo 1), sendo colocada a seguinte questão: “Na sua opinião, quais são as características que melhor descrevem os membros pertencentes à Praxe Académica?”. O participante dispunha de 10 linhas para registar a sua resposta. De acordo com as instruções podia fazê-lo sobre a forma de palavras isoladas ou frases compostas.

*Acordo entre Juizes sobre as características evocadas.* Após reunir toda a produção lexical da amostra, as evocações características associadas aos Membros da Praxe Académica dos 64 participantes foram submetidas a um acordo entre 3 juizes no sentido de gerar agrupamentos de “conceitos” idênticos, mas evocados por palavras distintas. Para proceder ao agrupamento de palavras foram seguidos três critérios: (1) as palavras só eram agrupadas se obtivessem acordo de 2 dos juizes; (2) uma vez agrupadas, a redação definida para o comportamento devia ser sobretudo determinada pela resposta mais frequente de entre as que foram agrupadas, (3) a redação do comportamento devia ser reformulada para otimizar a sua utilização posterior (cf. Estudo 2 e 3).

### 2.1.2 Resultados

*Produção Lexical Total.* Os 64 participantes evocaram um total de 295 palavras ou frases curtas com um significado único. A média de palavras evocada por participante é de  $M = 4.16$ ,  $DP = 2.44$  (min.= 1, máx.= 11).

*Redundância Lexical.* Do processo de análise da sinonímia e do acordo entre juizes resultou o total de 288 “conceitos” diferentes: média de produção lexical diferente por participante é de  $M = 4.16$ ,  $DP = 2.44$  ( $Min = 1$ ,  $Max = 11$ ).<sup>3</sup> Do processo de acordo entre juizes com o objetivo de criar variáveis que se referem a um mesmo conceito produzido por formas lexicais diferentes, resultou um conjunto de 65 dimensões através das quais os participantes caracterizam os “Membros da Praxe Académica” (cf. Anexo 2). Assim, o Índice de Redundância Lexical tem o valor médio de 1.20 ( $DP = 0.35$ ;  $Min. = 1$ ,  $Máx. = 3$ ).

No Quadro 1 apresentamos as características que foram evocadas por pelo menos 10% dos participantes. Como podemos verificar, 16 dos comportamentos cumprem este critério, significando que 24,62% dos comportamentos foram evocados por pelo menos 10% da amostra. Importa salientar que estas características resultaram, previamente, do acordo entre juizes (isto é, foram agrupados numa

---

<sup>3</sup> Este valor não varia em função do Sexo,  $t(62) < 1$ , nem da Idade,  $r = -.08$  ( $N = 49$ ).

mesma “característica” mas podem ter sido evocados por palavras/expressões diferentes). Por exemplo, o comportamento que foi formulado como “Submissos”, resulta do agrupamento de respostas como “submissos”, “conformistas” e “obrigação”.

#### Quadro 1.

Características definidoras dos Membros da Praxe Académica evocadas por pelo menos 8% da amostra

<i>Característica</i>	$\Sigma$	$M^1$ (= %)	<i>Característica</i>	$\Sigma$	$M^1$ (= %)
1. Unidos	13	.20	12. Isolados	7	.11
2. Integração	12	.19	13. Arrogantes	7	.11
3. Submissos	11	.17	14. Responsáveis	7	.11
4. Dedicção	9	.14	15. Exagero	7	.11
5. Espírito de grupo	9	.14	16. Procuram o Poder	7	.11
6. Divertidos	9	.14	17. Excluem os outros	6	.09
7. Respeitar Regras	8	.13	18. Extrovertidos	6	.09
8. Sociáveis	8	.13	19. Solidários	6	.09
9. Autoritários	8	.13	20. Não diferem dos outros	6	.09
10. Consideram-se superiores	7	.11	21. Idealistas	5	.08
11. Espírito Académico	7	.11	22. Desumanos	5	.08

Notas: A linha tracejada separa os itens que não obtiveram percentagem de evocação de pelo menos 10% no total, mas que foram incluídos por se aproximarem deste valor; Como a média é calculada sobre valores que variam entre 0 e 1 (comportamento não foi evocado = 0; comportamento foi evocado = 1), o seu valor representa, de facto, a percentagem de participantes que evocaram o comportamento;

*Escolha de Características a Utilizar no Estudo 2.* No processo de escolha dos comportamentos evocados que seriam posteriormente utilizados no Estudo 2 o critério primeiro foi a frequência da sua evocação: devia ser igual ou superior a 10% da amostra. Como referimos acima, 16 comportamentos enquadram-se neste critério. Contudo, de modo a ser aproveitado um maior número de características, resolvemos considerar também aquelas que foram referidas por um mínimo de 8% dos participantes do estudo. Deste modo, constituímos uma lista composta por 22 palavras/expressões evocadas por pelo menos 8% dos sujeitos.

#### 2.1.3 Discussão

As características mais evocadas demonstram a tendência dos participantes para reportar essencialmente características de tipo relacional, seja ao nível interpessoal, grupal ou intergrupal, o que aponta para uma possível propensão para a homogeneização das características destes membros derivada da sua pertença a um determinado grupo social. Como afirma Tajfel (1981), os indivíduos, na sua generalidade não se conduzem necessariamente uns para os outros como indivíduos;

frequentemente comportam-se antes de mais como membros de categorias sociais bem definidas e claramente distintas. De facto, perante um estímulo que potencialmente remete para um contexto grupal, apenas 9% dos sujeitos referiram que estes não diferem de outros indivíduos pela sua pertença a esta categoria (“Não diferem dos outros”).

Contudo, é preciso ressaltar que neste estudo não foi controlado o grau de envolvimento dos sujeitos com este grupo em particular, ou seja, se os sujeitos que participaram neste estudo pertencem ou não à Praxe Académica, podendo daí advir diferentes análises quanto ao conteúdo estereotípico relativo aos Membros da Praxe Académica. Tajfel (1981) defende que, dependente da pertença ao grupo, existem critérios internos e critérios externos de categorização social, sendo que estes últimos não têm origem na auto-identificação dos membros de um grupo. Os critérios objetivos, utilizados pelo observador ingénuo externo, sem conhecimento suficiente sobre o grupo que está a observar e a sua respetiva cultura, podem por vezes sair distorcidos. O outro tipo de critérios externos advém da relação com um dado grupo por outros grupos, em qualquer organização social multigrupo. A longo prazo, é muito provável que estes critérios correspondam aos critérios internos que delimitam a pertença ao grupo em questão. Assim, embora não seja esse o propósito do presente trabalho, seria pertinente analisar em que medida a pertença (ou não pertença) dos indivíduos a este grupo em particular afeta o tipo de características evocadas.

Allport (1954) afirma que os estereótipos são um processo não apenas normal como também necessário. Como todas as categorias cognitivas, afirmava este autor, também as categorias de pessoas se baseiam inicialmente numa correspondência entre etiquetas psicológicas (por exemplo, «brancos», «negros», «homens», «mulheres») e indícios perceptualmente salientes (modo de vestir). No entanto, os indícios estereotípicos de tipo perceptivo associam-se a outros marcados por valores sociais, acabando por tornar a categorização social independente da estrutura do mundo físico. Assim, através dos estereótipos, para além de simplificarmos a informação proveniente de uma estimulação humana rica e complexa, que culmina necessariamente em generalizações abusivas, também justificamos ou *racionalizamos* as posições objetivas dos grupos na dinâmica social (Marques & Paez, 2000). As características mais evocadas sugerem indícios estereotípicos de tipo perceptivo, marcadamente incisivos em características/comportamentos que remetem para uma dinâmica social, ou seja, para um contexto de relacionamento com outros em detrimento de características intra-pessoais.

Independentemente do facto de termos verificado maior evocação de comportamentos interpessoais/grupais do que intrapessoais, isto não nos informa diretamente sobre a valência (positiva ou negativa) que lhes é atribuída pelos indivíduos. Este é o objetivo geral do Estudo 2.

## 2.2 Estudo 2. Valência das Dimensões Estereotípicas sobre os “Membros da Praxe Acadêmica”

O objetivo do Estudo 2 foi o de testar a valência que é conferida a cada uma das dimensões que foram evocados pelos participantes no estudo anterior. Procuramos saber qual a valência “em termos absolutos” das dimensões que no Estudo 1 foram mais frequentemente imputadas aos “Membros da Praxe Acadêmica” uma vez avaliadas em “abstrato”: I.e., em que medida estas têm valência positiva ou negativa independentemente, por exemplo, do grupo social a que possam atribuir-se. Com este processo seriam definidos os atributos que serão empregues no Estudo 3.

Foram submetidas a análise as dimensões resultantes do Estudo 1, tratando-se de 27 dimensões que foram reformuladas de modo a que pudessem ser avaliadas *per se*.<sup>4</sup>

### 2.2.1 Método

*Participantes.* Participaram no estudo 131 estudantes do ensino superior provenientes de vários cursos (25 do sexo masculino e 105 do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 18 e os 41 anos ( $M = 20.77$ ,  $DP = 4.09$ ).<sup>5</sup>

*Procedimento.* Os participantes foram convidados a participar num estudo no qual eram apresentadas “uma série de palavras ou expressões”. A sua tarefa seria avaliar “ (...) cada uma delas numa escala que varia entre «Extremamente negativo» e «Extremamente positivo».”. (cf. Anexo #)

O questionário é composto por 2 páginas que contêm o conjunto de palavras/expressões que o participante devia avaliar numa escala de 9 pontos (1 = *Extremamente Negativo*; 9 = ... *Positivo*).<sup>6</sup>

### 2.2.2 Resultados

*Organização “conceptual” das dimensões.* Submetemos as 27 dimensões a uma Análise em Componentes Principais (ACP), no sentido de testar a existência de uma potencial estrutura “latente” na organização das mesmas. Utilizando o critério gráfico, foi testada uma solução fatorial forçada a 4 componentes. Esta solução resultou na eliminação de 6 itens por apresentarem múltiplas saturações

---

<sup>4</sup> Foi excluída a dimensão “Grupo igual aos outros” por verificarmos que qualquer que fosse a sua reformulação, esta seria sempre ambígua (por ex. “ser normal”, “ser igual aos outros”).

<sup>5</sup> Um participante não indicou sexo e idade.

<sup>6</sup> Das 22 dimensões resultantes do Estudo 1, decomposemos as dimensões que abrangiam palavras consideradas semelhantes pelo júri, resultando assim nas 27 dimensões utilizadas no Estudo 2 (e.g. Submissos e Conformistas). A ordem das dimensões no questionário foi definida aleatoriamente.

fatoriais.<sup>7</sup> No Quadro 2, apresentamos a solução, com rotação *Varimax*<sup>8</sup>, para as 21 dimensões nas 4 componentes.

Quadro 2.

*Análise em Componentes Principais (com rotação Varimax).*

	Componente				Com.	M (DP)
	CPG	CNG	AP	CN		
Espírito Académico	.74				.55	7.31 (1.70)
Espírito de Grupo	.72				.55	8.05 (1.22)
Ser Sociável	.72				.55	8.01 (1.02)
Ser Alegre	.71				.58	8.44 (0.83)
Ser Divertido	.71				.50	7.99 (1.07)
União	.69				.48	8.29 (1.17)
Dedicação	.62				.53	8.24 (0.98)
Ser Extrovertido	.60				.38	7.26 (1.23)
Integração	.58				.48	7.92 (1.11)
Ser Conformista		.69			.48	3.27 (1.46)
Ser Prepotente		.66			.47	3.15 (1.66)
Ser Elitista		.63			.51	3.16 (1.58)
Ser Submisso		.59			.45	2.71 (1.54)
Impor Hierarquia			.75		.57	4.25 (1.58)
Procurar Poder			.67		.53	4.42 (1.70)
Hierarquia			.63		.41	4.99 (1.30)
Ser Autoritário			.53		.38	3.40 (1.71)
Ser Desumano				.63	.46	1.26 (0.58)
Sacrifício				.60	.41	5.66 (1.87)
Respeitar regras				-.60	.57	7.44 (1.41)
Exagero				.59	.54	3.51 (1.48)
Variância explicada (%) = 49.26	22.01	10.46	8.73	8.06		
$\alpha$ de Cronbach <sup>9</sup>	.86	.61	.57	.53		

Nota: CPG, "Características Positivas em contexto Grupal"; CNG, "Características Negativas em contexto Grupal"; Hierarq. "Atitudes relacionadas com o Poder"; CNP, "Características Negativas"

<sup>7</sup> Por terem saturações equivalentes em duas ou mais componentes, foram eliminados os itens: "Ser Líder" (1) .46 e (2) .43; "Excluir os outros" (1) .45, (2) .33 e (4) .38; "Estar isolado" (1) .45 e (2) .45; "Ser responsável" (1) .50 e (3) .43; "Ser Arrogante" (3) .59 e (4) .49; "Achar-se Superior" (1) -.39 e (2) .48;

<sup>8</sup>  $KMO = .74$ , *Teste de esfericidade de Bartlett*,  $\chi^2 (253) = 828.26$ ,  $p < .001$ .

<sup>9</sup> A correlação média entre os 3 itens da componente 3 é de  $r = .25$  e para a componente 4 é de  $r = .22$ . Por exemplo, com o mesmo valor de inter-correlação, uma escala com 8 itens apresentaria um valor de  $\alpha = .70$  para a componente 3 e de  $\alpha = .66$  para a componente 4 [ $\alpha = k * r_{média} / 1 + (k-1) * r_{média}$ ].

Na solução apresentada no Quadro 2, verificamos que o primeiro fator é constituído por 9 itens, sendo que todos eles parecem apontar para uma panóplia de *Características positivas em contexto Grupal*. Por sua vez, a segunda componente é constituída por 4 itens, que se relacionam com um conjunto de atributos negativos, normalmente evidenciados em contexto de grupo – tomando por isso a designação de *Características Negativas em Contexto Grupal*. O fator 3, também composto por quatro itens, agrupa características relacionadas com Atitudes *relacionadas com o Poder*. Por último, o quarto fator aglomera um conjunto de quatro *Características Negativas* (tomando em consideração que o item “Respeitar regras” aparece como inverso relativamente aos restantes itens do fator), que podem sobressair em contextos grupais como individuais. Assumindo esta estrutura fatorial, testámos a consistência interna de cada uma das componentes, invertendo o item que apresenta uma saturação fatorial negativa no último fator.

### Quadro 3.

*Médias (M) e desvios-padrão (DP) da Valência das Dimensões*

	M (DP)		M (DP)
Ser Alegre	8.44 (0.83)	Hierarquia*	4.99 (1.30)
União	8.29 (1.17)	Procurar o Poder*	4.42 (1.70)
Dedicação*	8.24 (0.98)	Impor uma Hierarquia*	4.25 (1.59)
Ter Espírito de Grupo	8.05 (1.22)	Exagero*	3.51 (1.48)
Ser Sociável*	8.01 (1.02)	Ser Autoritário	3.40 (1.70)
Ser Divertido*	7.99 (1.07)	Ser Conformista*	3.27 (1.46)
Integração*	7.92 (1.11)	Ser Elitista*	3.16 (1.58)
Respeitar as regras*	7.44 (1.41)	Ser Prepotente*	3.15 (1.66)
Ter Espírito Académico	7.31 (1.70)	Ser Submisso	2.71 (1.54)
Ser Extrovertido*	7.26 (1.23)	Ser Desumano	1.26 (0.58)
Sacrifício*	5.66 (1.87)		

Nota: \* itens transportados para o Estudo 3

*Seleção das dimensões a empregar no estudo posterior.* No Quadro 3 apresentamos as dimensões por ordem decrescente da valência que lhes é atribuída. Desta forma é possível discernir o critério mediante o qual seleccionámos os itens que serão empregues no Estudo 3: Foram selecionadas as dimensões de cada componente cujas médias não são extremas, de forma a prevenir a possibilidade de efeitos de “teto” ou de “chão”, tendo-se também excluído aquelas que, inequivocamente, aludiam para comportamentos Grupais (“Ter Espírito de Grupo” e “Ter Espírito Académico”). Assim seleccionámos os itens “Dedicação”, “Ser Sociável”, “Ser Divertido” e “Integração” da componente 1; “Ser Prepotente”, “Ser conformista” e “Ser elitista” da componente 2; “Hierarquia”, “Procurar Poder” e “Impor uma Hierarquia” da componente 3 e, por último, o itens “Sacrifício”, “Respeitar regras” e “Exagero” da componente 4, resultando numa panóplia de 14 dimensões de avaliação a transportar para o Estudo 3.

### 2.2.3 Discussão

O Estudo 2 serviu plenamente o nosso propósito de aferir a relevância relativa que é atribuída às diferentes características resultantes do Estudo 1, sem que tal atribuição fosse afetada pela ativação de um qualquer contexto sociocognitivo. Ou seja, foi possível aferir a valência que, em “abstrato”, é atribuída às diferentes dimensões evocadas para os Membros da Praxe Académica. Podemos, ainda perceber que, em termos absolutos, as características mais evocadas relativamente aos Membros da Praxe Académica, são, na sua maioria, positivamente avaliadas. Contudo, não podemos concluir que quando associados ao grupo em questão a valência das mesmas fosse idêntica, uma vez que neste contexto tratar-se-ia de uma questão simultânea de saliência e de relevância do estímulo em questão. A partir deste estudo, foi-nos então possível constituir uma lista mais reduzida de características a empregar no Estudo 3.

## 2.3 ESTUDO 3. Atribuição de dimensões de avaliação aos Membros da Praxe Académica comparativamente a outros grupos

Como vimos anteriormente, para Tajfel, a visão estereotipada da realidade, isto é, a atribuição de determinados traços comuns a grandes grupos humanos, mergulha as suas raízes no processo de categorização. Esta ideia está já patente na obra clássica de Gordon Allport (1954) sobre o preconceito e suas manifestações na forma de estereótipos e discriminação social. A categorização é o processo mediante o qual as informações que recebemos do exterior são organizadas e ordenadas. Como discutimos no Capítulo 2, este processo permite que a realidade não seja percebida como uma amálgama de objetos individuais e isolados, mas como um conjunto ordenado de classes de objetos ou categorias.

A categorização tem a função de poupar os esforços do sistema cognitivo ao processar a informação que nos proporcionam os estímulos externos e facilita a orientação dos indivíduos no mundo. Pelo processo indutivo torna possível a identificação de um objeto a partir de uma informação insuficiente, enquanto pelo processo dedutivo atribuem-se a um objeto ou a um acontecimento as propriedades da categoria a que pertence. Segundo Tajfel (1981), este processo de categorização também atua quando vemos as demais pessoas, que incluímos em determinado grupo ou categoria social. Com isto, atribuímos às pessoas os traços característicos da categoria social à qual pertencem. Esta percepção estereotipada, fruto da tendência cognitiva de simplificar a informação processada, faz com que exageremos as diferenças entre as pessoas que pertencem a diferentes grupos e que minimizemos as diferenças existentes em cada grupo. Este fenómeno de acentuação de diferenças acontecerá unicamente nas dimensões ou traços significativos para determinado estereótipo. Tajfel

(1979, *cit in* Oakes, Haslam & Turner, 1994), propõe ainda que a percepção baseada no grupo acaba por estar contaminada por valores discriminatórios, dado que parece haver uma tendência a acreditar que os grupos aos quais pertencemos são melhores do que os outros (*viés endogrupal - ingroup bias*).

Segundo Campbell (1956 *cit in* Brown, 1995) uma importante faceta dos estereótipos advém do enaltecimento do contraste entre os grupos, sendo consequência natural do processo de categorização. Este princípio foi posteriormente formalizado por Tajfel (1959 *cit in* Brown, 1995) através de duas hipóteses relativas às consequências cognitivas da categorização. A primeira hipótese postula que quando uma categoria é imposta num conjunto de estímulos – podendo ser objetos físicos, eventos sensoriais ou pessoas – e em que certos estímulos são colocados numa classe A e os restantes numa classe B, isto terá um efeito na elevação das diferenças pré-existentes entre duas categorias. A segunda hipótese, corolário da primeira, postula que dentro das categorias as diferenças são atenuadas.

O princípio do metacontraste sugerido pela TAC, dá conta das relações comparativas entre os estímulos que permitem ao indivíduo representá-los como integrantes de uma categoria (Turner, 1987). Quando se trata da percepção de pessoas, as diferenças percebidas têm um significado social. De acordo com Oakes (1987), se, por um lado, este significado depende da relação entre as categorias no contexto comparativo, por outro, deriva do conteúdo normativo e comportamental das ações dos indivíduos. Assim, a saliência de uma categoria numa determinada situação depende da interação destes dois aspetos.

De forma a percebermos o processo de estereotipagem é necessário examinar as formas como a cognição é mediada e medeia a pertença dos indivíduos a certos grupos e as relações sociais. Deste modo, procuramos perceber de que forma é concebida a categorização social relativamente aos Membros da Praxe Académica, tomando em consideração a identificação dos sujeitos com a própria Praxe Académica, e a comparação com outros grupos de valor social positivo ou negativo (tanto em termos absolutos, como por comparação com os Membros da Praxe). Procurámos, então, analisar se o grupo dos Membros da Praxe Académica é alvo de estereotipagem social, recorrendo às dimensões de avaliação resultantes dos estudos anteriores, bem como à avaliação que é feita dos diferentes grupos quanto à aplicabilidade de atributos inerentes às dimensões de Moralidade e Competência.

Sustentados no racional que vimos apresentando, prevemos que os participantes que se identificam fortemente com os Membros da Praxe académica, irão atribuir mais a estes membros do que aos de um qualquer outro grupo as dimensões de valências positiva, nas quais estão incluídas as dimensões fundamentais de julgamento social – Moralidade e Competência –, independentemente da valência do grupo de comparação. Deverá verificar-se o inverso em dimensões de valência negativa, patenteando assim um favorecimento endogrupal. Pelo contrário, os participantes com fraca

identificação com este grupo deverão apresentar um padrão de atribuições resultante do “estatuto comparativo” dos grupos em presença: Discriminam negativamente os Membros da Praxe relativamente aos de um grupo de valência positiva, e positivamente em relação aos de um grupo que, comparativamente com a praxe académica, tenha um valência social negativa. Para testar estas predições realizámos o Estudo 3, que decorreu em duas fases separadas por uma semana.

### 2.3.1 Método

*Participantes.* Na Fase 1 do estudo, participaram 164 estudantes universitários dos três primeiros anos dos cursos de Bioquímica ( $n = 10$ ), de Ciências Forenses ( $n = 29$ ), de Ciências da Nutrição ( $n = 14$ ), de Medicina Dentária ( $n = 84$ ) e de Psicologia ( $n = 27$ ) do Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte. Destes, 50 são do sexo masculino e 114 do sexo feminino, e têm idades compreendidas entre os 18 e os 47 anos ( $M = 21.31$ ,  $DP = 5.08$ ). Na Fase 2, participaram 132 daqueles estudantes, cuja Idade, Sexo e Curso estão equitativamente distribuídos pelas condições do plano experimental (*Idade*, maior  $F(1, 125) = 1.42$ , *ns*; *Sexo*,  $\chi^2(3, N = 132) < 1$ ; *Curso*,  $\chi^2(12, N = 132) = 1.53$ , *ns*).<sup>10</sup>

*Procedimento e plano experimental.* O estudo realizou-se em duas fases, com uma semana de intervalo entre elas. Na Fase 1 foi pedida a colaboração dos estudantes num estudo que decorreria em dois momentos. Foi-lhes distribuído um questionário contendo duas partes distintas, correspondentes às medidas dependentes recolhidas nesta fase: *Valência das Dimensões de Atribuição* e *Valência de Grupos Sociais*. Deviam ainda criar um código pessoal de fácil memorização, com a finalidade de permitir a sua identificação na segunda fase do estudo. Uma semana depois os participantes recebiam um questionário no qual começavam por realizar uma tarefa na qual lhes era pedido que atribuíssem a grupo-alvo as mesmas dimensões cuja valência haviam reportado na Fase 1, bem como das dimensões *Moralidade* e *Competência*. Os participantes deviam fazer estas atribuições sempre a dois grupos diferentes. Contudo, consoante o fator inter-sujeitos *Valência do Grupo de Comparação*, numa condição os participantes deviam atribuir aquelas dimensões ao grupo-alvo Membros da Praxe Académica e a um grupo-alvo que tem uma valência social mais positiva do que aquele. Mediante os resultados da Fase 1, nesta condição, além do grupo Membros da Praxe, os participantes deviam atribuir as dimensões também ao grupo dos Ambientalistas (condição *Valência Positiva do Grupo de Comparação*). Na outra condição deviam efetuar as mesmas atribuições mas agora a um grupo-alvo cuja valência social é negativa, por comparação com o grupo dos Membros da Praxe (condição *Valência Negativa do Grupo de Comparação*). Portanto, consoante as condições s

---

<sup>10</sup> Mortalidade experimental de 19.5%; Sexo masculino,  $n = 36$  e feminino,  $n = 96$ ; idades entre 18 e 47 anos,  $M = 21.02$ ,  $DP = 4.54$ ; Curso: Bioquímica ( $n = 10$ ), de Ciências Forenses ( $n = 29$ ), de Ciências da Nutrição ( $n = 14$ ), de Medicina Dentária ( $n = 54$ ) e de Psicologia ( $n = 25$ ).

participantes deviam contrastar o grupo dos Membros da Praxe com um outro que é socialmente mais valorizado ou desvalorizado. Para controlar o possível efeito da ordem em que os participantes deviam efetuar estas atribuições, numa condição faziam-no primeiramente ao grupo dos Membros da Praxe e posteriormente ao Grupo de Comparação. Na outra condição as atribuições eram feitas na ordem inversa. Estas condições correspondem à manipulação do fator de controlo *Ordem de Avaliação dos Grupos-Alvo*. Ainda nesta fase, foram recolhidas medidas dependentes referentes à Praxe Académica.

No plano deste estudo entramos ainda com um fator inter-sujeitos criado em função do grau de identificação dos participantes com os membros da praxe académica. Assim o plano quasi-experimental misto é o seguinte: 2 (*Valência do Grupo de Comparação*: Positiva vs. Negativa) x 2 (*Grupo Alvo da Atribuição*: *Membros da Praxe Académica* vs. *Grupo de Comparação*) x 2 (*Identificação com os Membros da Praxe Académica*: Baixa vs. Alta). O fator *Grupo Alvo da Atribuição* é intra-sujeitos. Controlámos o efeito da *Ordem de Avaliação dos Grupos-Alvo* (*Membros da Praxe Académica* – *Grupo de Comparação* vs. *Grupo de Comparação* – *Membros da Praxe Académica*). Os participantes estão equitativamente distribuídos pelas 4 diferentes condições inter-sujeitos (efetivo entre  $n = 29$  e  $n = 37$ ).<sup>11</sup>

### 2.3.2 Medidas dependentes<sup>12</sup>

*Valência das dimensões de avaliação*. Na Fase 1 do estudo os participantes deviam indicar a valência que atribuem a um conjunto de 14 dimensões que derivam dos resultados do Estudo 2 (cf. p. 24): “Apresentamos-lhe abaixo uma série de palavras ou expressões. Queremos que avalie cada uma delas numa escala que varia entre “Extremamente negativo” e “Extremamente positivo” (escala 1 – 9; ver Anexo 4). Com este conjunto de medidas estabelecemos a valência de cada dimensão, que será contrastada com a atribuição das mesmas dimensões aos grupos-alvo empregues na Fase 2 do estudo.

Efetuu-se uma ACP para testar a existência de uma estrutura latente aos 14 itens. Na sequência dos resultados do Estudo 2, testamos uma estrutura em quatro componentes, com rotação *Varimax*.<sup>13</sup> Como podemos verificar, a solução apresentada no Quadro 4 é globalmente consistente com os resultados obtidos no estudo anterior. Neste caso verificamos que a primeira componente inclui quatro dimensões avaliadas positivamente pelos participantes (cf. médias), e que têm implícitas competências sociais que, à partida, facilitam o estabelecimento de relações com os outros. Destas quatro, excluímos a dimensão “Ser extrovertido”, o que aumenta significativamente o valor de

<sup>11</sup> A distribuição da amostra é também equitativa em função do fator de controlo *Ordem*: maior  $\chi^2(1, N = 66) = 1.52, ns$ .

<sup>12</sup> Efetuou-se a limpeza do ficheiro de dados relativamente aos dados omissos. Dos 164 participantes apenas 12 (7.3%) apresentam dados omissos, mas apenas um deles com mais do que um valor (dois valores omissos) em todas as medidas das duas fases do estudo. Os valores omissos foram substituídos pela média da respetiva condição experimental.

<sup>13</sup>  $KMO = .67$ ; Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2(91) = 567.97, p < .001$ . A solução fatorial recorrendo ao critério gráfico (scree plot) indica a retenção destas mesmas quatro componentes.

consistência interna da medida criada a partir desta componente da ACP, à qual conferimos a designação de “Competências Sociais Positivas”. A segunda componente satura quatro dimensões, três das quais estão relacionadas com o conceito de Hierarquia. De facto, o item “Exagero” não era expectável que saturasse nesta componente, sendo que a sua exclusão aumenta a consistência interna da medida relativa a esta dimensão (“Atitudes Relativas à Hierarquia”). A terceira componente é composta por três dimensões que, em nosso entender, operacionalizam atitudes implícitas ao comprometimento do indivíduo com um qualquer objeto social, seja este um grupo, uma pessoa, uma relação, etc. Embora a consistência interna da medida composta pelas três dimensões seja baixa ( $\alpha = .54^{14}$ ), decidimos criar uma medida relativa à média das três, designada de “Atitudes de Comprometimento Social”. A última componente é também composta por três dimensões e, não obstante a baixa consistência interna ( $\alpha = .43^{15}$ ), criámos uma medida designada “Competências Sociais Negativas”, que tem subjacente o oposto da primeira componente. Estas quatro medidas criadas a partir da média dos itens de cada componente serão empregues em análises subsequentes.

#### Quadro 4.

##### *Solução fatorial sobre as 14 Dimensões de Avaliação (com rotação Varimax; Estudo 3)*

	Componentes				Com.	M (DP)
	1 (CSP)	2 (Hierarq.)	3 (ACS)	4 (CPN)		
7. Ser divertido	.84				.73	8.27 (1.10)
8. Ser sociável	.82				.69	8.37 (0.97)
13. Integração	.67				.62	7.96 (1.13)
1. Ser extrovertido	.63				.45	7.33 (1.46)
2. Impor uma hierarquia		.82			.74	4.85 (2.16)
14. Hierarquia		.78			.64	5.30 (2.17)
4. Procurar o poder		.76			.61	4.23 (2.20)
3.Exagero		.52			.49	3.15 (1.64)
5. Respeitar regras			.75		.59	8.01 (1.35)
12. Sacrifício			.71		.59	6.58 (1.84)
9. Dedicção			.59		.46	8.25 (1.28)
10. Ser conformista				.68	.54	3.73 (2.02)
11. Ser elitista				.66	.45	3.91 (1.93)
6. Ser prepotente				.65	.51	3.70 (2.33)
% Variância Explicada = 57.80%	17.15	17.12	12.75	10.77		
$\alpha$ de Cronbach <sup>16</sup>	.79	.76	.54	.43		

Nota: CPP, “Competências Sociais Positivas”; Hierarq., “Atitudes em relação à Hierarquia”; ACS, “Atitudes de Comprometimento Social”; CPN, “Competências Sociais Negativa”

<sup>14</sup> A correlação média entre os 3 itens é de  $r = .28$ . Por exemplo, com o mesmo valor de inter-correlação, uma escala com 8 itens apresentaria um valor de  $\alpha = .73$  [ $\alpha = K * r_{\text{média}} / 1 + (K-1) * r_{\text{média}}$ ].

<sup>15</sup> A correlação média entre os 3 itens é de  $r = .20$ . Por exemplo, com o mesmo valor de inter-correlação, uma escala com 8 itens apresentaria um valor de  $\alpha = .64$ .

<sup>16</sup> Os valores de  $\alpha$  reportados para as componentes 1 e 2 correspondem aos três itens retidos para análise. No primeiro caso excluiu-se o item 1 elevando o valor de  $\alpha$  de .75 para .79; no segundo a exclusão do item 3 eleva o valor de .73 para .76 (a correlação múltipla destes itens com os restante é de .14 e .17, respetivamente). Os valores médios das correlações entre os itens são os seguintes: 1,  $r_{\text{média}} = .56$ ; 2,  $r_{\text{média}} = .52$ ; 3,  $r_{\text{média}} = .28$ ; 4,  $r_{\text{média}} = .20$ .

*Valorização de grupos sociais.* Ainda na Fase 1, os participantes deviam avaliar os 18 grupos ou categorias sociais apresentados no Quadro 5, mediante a seguinte instrução: “(...) Queremos que avalie cada um deles em função da opinião que considera que a sociedade em geral tem sobre cada um, numa escala que varia entre «Extremamente negativo» e «Extremamente positivo»” (1 – 9). Esta tarefa tem dois objetivos: (1) testar o valor social que atribuído pelos participantes aos Membros da Praxe Académica; e (2) criar condições para a seleção de dois grupos sociais que serão empregues na Fase 2 do estudo, para contraste com aquele grupo.

#### Quadro 5.

##### *Médias e desvios-padrão da avaliação dos diferentes grupos*

	<i>M (DP)</i>		<i>M (DP)</i>
Voluntários	8.15 (1.31)	<i>Membros da Praxe Académica</i>	5.34 (2.19)
Desportistas	7.67 (1.57)	Homossexuais	4.25 (1.94)
Cientistas	7.65 (1.50)	Sem Abrigo	3.51 (2.08)
Pessoas Adotadas	6.83 (1.78)	Políticos*	3.39 (1.99)
Escuteiros	6.82 (1.87)	Ciganos	3.35 (1.87)
Ambientalistas*	6.71 (1.92)	Reclusos	2.74 (1.83)
Adolescentes	6.60 (1.97)	Toxicodependentes	2.03 (1.48)
Idosos	6.49 (1.90)	Mafiosos	1.65 (1.49)
Transmontanos	6.12 (1.87)	Ladrões	1.51 (1.24)

Nota: \*, Grupos selecionados para a Fase 2 do estudo.

O conjunto de grupos foi selecionado de forma a contemplar grupos avaliados positivamente, neutralmente ou negativamente, de modo a que o contraste entre eles fosse saliente no contexto sociocognitivo em que os participantes deviam definir a sua valência social. O procedimento da Fase 2 implica a seleção de 2 grupos, mediante os seguintes critérios: (1) um grupo deveria ser avaliado positivamente e o outro negativamente, por comparação com grupo dos Membros da Praxe Académica; (2) nenhuma destas avaliações poderia ser extrema (i.e., deveria ser afastada o suficiente dos limites da escala de modo a evitar potenciais efeitos de “teto” ou “chão”).

Mediante o padrão de médias apresentado no Quadro 5, foram selecionados os seguintes grupos: Grupo com Valência Social Positiva – Ambientalistas; Grupo com Valência Negativa – Políticos. Ambos diferem significativamente do ponto médio da escala (5, respetivamente,  $t_{163} = 11.40$ ,  $p < .001$  e  $t_{163} = -10.36$ ,  $p < .001$ ), mas também do valor intermédio dos “polos” positivo (7.5,  $t_{163} = -5.29$ ,  $p < .001$ ) e negativo da mesma (2.5,  $t_{163} = 5.73$ ,  $p < .001$ ). A seleção destes dois grupos, em detrimento de outros que lhes são equivalente em termos do padrão de médias obtido, residiu no acordo entre 3 juízes que tiveram em consideração a natureza social desses grupos e daquele com o qual seriam contrastados na Fase 2 do estudo, os Membros da Praxe Académica. Adicionalmente, o grupo com

valência positiva é mais valorizado do que o grupo dos membros da praxe (6.71 vs. 5.34,  $t_{163} = 7.57$ ,  $p < .001$ ), e o de valência negativa é menos valorizado do que estes (5.34 vs. 3.39,  $t_{163} = 9.60$ ,  $p < .001$ ). Os participantes atribuem ao grupo dos Membros da Praxe Académica uma valência social, “nem positiva, nem negativa”, mas que, no entanto é tendencialmente diferente do ponto médio da escala (5.34 vs. 5,  $t_{163} = 1.97$ ,  $p = .05$ ).

*Atribuição de dimensões de avaliação aos grupos-alvo.* Na Fase 2 do estudo os participantes deviam atribuir aos grupos-alvo cada uma das dimensões de avaliação cujo “valor absoluto” pré-testámos na Fase 1. O participante devia traduzir a sua opinião relativamente à aplicabilidade de cada uma das dimensões aos respetivos grupos numa escala de 9 pontos (“(...) indique em que medida considera que cada uma dessas características ou comportamentos se aplica a este grupo de pessoas”; 1 = *Não se aplica nada*; 9 = *Aplica-se completamente*). Quando o grupo-alvo é Membros da Praxe Académica, a consistência interna destas medidas é a seguinte: CPP,  $\alpha = .82$ ; Hierarq.,  $\alpha = .73$ ; ACS,  $\alpha = .57$ ; CPN,  $\alpha = .57$ . Relativamente aos outros grupos-alvo a consistência interna é a seguinte: CPP,  $\alpha = .75$ ; Hierarq.,  $\alpha = .84$ ; ACS,  $\alpha = .82$ ; CPN,  $\alpha = .67$ . Desta forma, criámos oito medidas dependentes que correspondem à média dos itens que compõem cada uma das dimensões de avaliação (cf. Anexo 5).

*Atribuição de moralidade e de competência aos grupos-alvo.* Sustentados em investigações anteriores que se debruçaram sobre as normas de moralidade e de competência no julgamento social (e.g. Cuddy, Fiske & Glick, 2007; Rego, 2009; Yzerbyt, Kervyn & Judd, 2008), consideramos que a avaliação dos grupos-alvo quanto à presença/ausência de características associadas à moralidade e à competência será um recurso válido para averiguar a existência de estereótipos relativamente aos Membros da Praxe Académica, por comparação à avaliação que é feita a um grupo de valor social positivo e a um grupo de valor social negativo.

Utilizou-se uma escala composta por 10 itens, 5 deles correspondentes a dimensões de Moralidade (Sinceras; Sensíveis; Generosas; Honestas e Altruístas) e as restantes 5 de Competência (Capazes; Organizadas; Eficientes; Competentes e Inteligentes). Os participantes deviam assinalar em que medida consideram que estas diferentes características são atribuíveis aos membros dos diferentes grupos numa escala de 9 pontos (“em que medida considera que, em geral, estas pessoas são:” 1 = *Nada*; 9 = *Muito*). A consistência interna das medidas de cada tipo de norma é a seguinte: Quando o grupo alvo é Membros da Praxe Académica, é de  $\alpha = .85$  para a Moralidade, e de  $\alpha = .88$  para a Competência; para os outros grupos-alvo a consistência interna é, respetivamente, de  $\alpha = .87$  e de  $\alpha = .89$ . Foram criadas medidas dependentes que correspondem à média dos itens correspondentes às normas de Moralidade e de Competência.

### 2.3.3 Resultados

A partir da mediana da medida *Identificação com os Membros da Praxe Académica* (Mediana = 5.25), criámos dois grupos de participantes: *Baixa Identificação* vs. *Alta Identificação com os Membros da Praxe Académica* com os Membros da Praxe Académica. Estes dois grupos diferem significativamente: Como expectável, os participantes com *Baixa Identificação*, identificam-se menos com os membros da praxe do que o grupo composto pelos que têm *Alta Identificação* ( $M = 3.62$ ,  $DP = 1.43$  vs.  $M = 6.93$ ,  $DP = 1.03$ ,  $t_{120.15} = 15.29$ ,  $p < .001$ ).<sup>17</sup>

Em todas as análises reportadas subsequentemente entraremos o fator de controlo *Ordem de Avaliação dos Grupos-Alvo* como covariante no modelo.

*Valência das dimensões de avaliação.* Na Fase 1, os participantes definiram a valência de 4 dimensões de avaliação: *Competências Sociais Positivas* (CSP), *Atitudes Relativas à Hierarquia* (Hierarq.), *Atitudes de Comprometimento Social* (ACS) e *Competências Sociais Negativas* (CSN). Apesar de estas serem recolhidas antes de quaisquer manipulações experimentais, efetuámos uma ANOVA de medidas repetidas entrando os fatores *Valência do Grupo de Comparação* e *Identificação com os Membros da Praxe*, para testar a sua equivalência através das condições. Esta ANOVA, como expectável, revelou apenas o efeito do fator intra-sujeitos,  $F(3, 381) = 38.88$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .23$  (maior efeito restante,  $F(1, 127) = 3.26$ , *ns*).<sup>18</sup> Este efeito indica diferenças significativas entre todas as dimensões, sendo que os participantes valorizam mais fortemente a dimensão CSP,  $M = 8.14$ ,  $DP = 0.95$ , seguidamente a ACS,  $M = 7.62$ ,  $DP = 1.04$ , depois a Hierarq.,  $M = 4.78$ ,  $DP = 1.78$ , e, finalmente a CSN,  $M = 3.78$ ,  $DP = 1.36$  (menor diferença,  $t_{163} = 6.40$ ,  $p < .001$ ). Adicionalmente, comparando com o ponto médio da escala (=5), verificamos que há duas dimensões com valor positivo, as *Competências Sociais Positivas* e as *Atitudes de Comprometimento Social* (menor  $t_{163} = 30.80$ ,  $p < .001$ ); uma outra com valor “indefinido”, i.e., nem é positiva nem negativa, as *Atitudes Relativas à Hierarquia* ( $t_{163} = -1.45$ , *ns*); e uma dimensão com valor negativo, as *Competências Sociais Negativas* ( $t_{163} = -10.90$ ,  $p < .001$ ).

*Atribuição das dimensões de avaliação aos grupos-alvo.* A primeira tarefa dos participantes na Fase 2 é a atribuição das dimensões de avaliação aos dois grupos-alvo (*Membros da Praxe Académica* vs. *Grupo de Comparação*). Como descrito acima, a nossa predição era a de os participantes que se identificam fortemente com os membros da praxe académica, atribuirão mais a estes membros do que aos de um qualquer outro grupo as dimensões de valências positiva (*Competências Sociais Positivas* e as *Atitudes de Comprometimento Social*), independentemente da

<sup>17</sup> Variante do teste  $t$  para variâncias não homogéneas.

<sup>18</sup> Todos os efeitos envolvendo o fator Ordem são de  $F < 1$ .

valência do grupo de comparação. Deverá verificar-se o inverso em dimensões de valência negativa (neste caso *Competências Sociais Negativas*). Este padrão de atribuições resultaria de um processo de favorecimento endogrupal. Pelo contrário, participantes com fraca identificação (que, de facto, é negativa) terão um padrão de atribuições determinado pelo valor relativo dos grupos em contraste: discriminarão negativamente os membros da praxe relativamente aos de um grupo de valência positiva, e positivamente em relação aos de um grupo que, comparativamente com a praxe académica, tenha uma valência social negativa. Relativamente à dimensão *Atitudes em Relação à Hierarquia*, pelo facto de não se tratar de uma dimensão com valência social positiva ou negativa, prevemos apenas que seja altamente atribuível aos Membros da Praxe, confirmando-se o estereótipo. Relativamente aos outros grupos não foi elaborada qualquer hipótese quanto à diferenciação na atribuição desta dimensão.

Para testar estas predições efetuámos ANOVAS de medidas repetidas para a atribuição de cada uma das dimensões de avaliação. A interação de 2ª ordem que implica estas predições não se verificou em nenhuma destas medidas dependentes (maior  $F(1, 127) = 1.41$ ; *ns.*).

Na atribuição da dimensão *Características Sociais Positivas* a ANOVA de medidas repetidas revelou apenas o efeito do fator *Identificação com os Membros da Praxe Académica* ( $F(1, 127) = 7.44$ ,  $p = .007$ ,  $\eta^2 = .06$ ; maior efeito restante  $F(1, 127) = 2.02$ , *ns.*)<sup>19</sup> Este efeito mostra que os participantes com Alta Identificação atribuem mais fortemente esta dimensão a qualquer que seja o grupo-alvo ( $M = 6.92$ ,  $DP = 1.17$ ) do que o fazem aqueles com Baixa Identificação ( $M = 6.30$ ,  $DP = 1.31$ ). Em suma, na atribuição desta dimensão de valência positiva não se verifica a nossa predição, nem tão pouco qualquer efeito dos fatores do plano do estudo.

No que concerne as atribuições relativas à segunda dimensão com valência social positiva, *Atitudes de Comprometimento Social*, a análise revelou os seguintes efeitos: *Identificação com os Membros da Praxe Académica*,  $F(1, 127) = 18.39$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .13$ ; *Valência do Grupo de Comparação*,  $F(1, 127) = 13.21$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .09$ ; sendo este qualificado pela interação *Valência do Grupo de Comparação x Atribuição aos Membros da Praxe Académica vs. Grupo de Comparação*,  $F(1, 127) = 18.99$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .13$  (maior efeito restante  $F(1, 127) = 1.90$ , *ns.*)<sup>20</sup> Este efeito é análogo ao que reportamos na dimensão anterior: os participantes com Alta Identificação atribuem mais fortemente esta dimensão a qualquer que seja o grupo-alvo ( $M = 7.14$ ,  $DP = 1.10$ ) do que o fazem aqueles com Baixa Identificação ( $M = 6.26$ ,  $DP = 1.46$ ).

---

<sup>19</sup> Maior efeito envolvendo o fator Ordem é de  $F(1, 127) = 3.88$ , *ns.*

<sup>20</sup> Maior efeito envolvendo o fator Ordem é de  $F(1, 127) = 2.39$ , *ns.*

Quadro 6.

*Médias e desvios-padrão da atribuição das dimensões de avaliação aos Membros da Praxe Acadêmica e ao Grupo de Comparação (Ambientalistas vs. Políticos)*

<i>Grupo de Comparação</i>	<i>M</i> <i>(DP)</i>	ACS		Hierarq.		CSN	
		Membros Praxe	Grupo de Comparação	Membros Praxe	Grupo de Comparação	Membros Praxe	Grupo de Comparação
Com Valência Positiva		6.97 (1.28)	7.10 (1.30)	7.76 (1.37)	4.85 (1.60)	5.75 (1.68)	4.22 (1.53)
Com Valência Negativa		7.00 (1.50)	5.70 (2.18)	7.45 (1.66)	6.89 (1.75)	5.65 (1.42)	5.32 (1.62)

O padrão de médias relativo à interação é apresentado no Quadro 7. Decompondo a interação em função do fator *Grupo de Comparação*, verificamos que atribuem estas características tanto ao grupo dos Membros da Praxe Acadêmica como a um grupo de comparação com valência positiva (6.97 vs. 7.10,  $t_{65} < 1$ , *ns*), mas atribuem-lhe mais do que a um grupo com valência negativa (7.00 vs. 5.70;  $t_{65} = 4.92$ ,  $p < .001$ ). Decompondo a interação em função do fator intra-sujeitos *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação*, verificamos que a atribuição destas características ao grupo dos Membros da Praxe não varia consoante o grupo com o qual é contrastado, tenha ele uma valência social mais ou menos positiva do que este grupo (6.97 vs. 7.00;  $t_{130} < 1$ ). Pelo contrário, na atribuição desta dimensão de valor positivo, aos outros grupos, esta é feita em função direta da valência social dos mesmos: É mais atribuída ao grupo de comparação de valência positiva do que ao de valência negativa (7.10 vs. 5.70;  $t_{106.00} = 4.50$ ,  $p < .001$ ).<sup>21</sup>

Passando à atribuição da dimensão de *Atitudes em Relação à Hierarquia*, a análise revelou o efeito da variável *Valência do Grupo de Comparação*,  $F(1, 127) = 15.86$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .09$ ; sendo este qualificado pela interação *Valência do Grupo de Comparação x Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação*,  $F(1, 127) = 44.15$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .26$  (maior efeito restante  $F_{1, 127} = 2.10$ , *ns*).<sup>22</sup> Decompondo a interação em função do fator Grupo de Comparação (cf. Quadro 7), verificamos que a atribuição destas características ao grupo dos Membros da Praxe Acadêmica é mais elevada do que a um grupo de valência positiva (7.76 vs. 4.85;  $t_{65} = 11.02$ ,  $p < .001$ ), e também mais do que a um grupo de valência negativa (7.45 vs. 6.89;  $t_{65} = 2.46$ ,  $p = .016$ ). Ou seja, a interação deve ser analisada em função do fator intra-sujeitos *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação* elevada. Tal como na medida anterior, a atribuição desta dimensão aos *Membros da Praxe Acadêmica* não varia consoante o grupo com que seja contrastado (7.76 vs. 7.45;  $t_{125.40} = 1.16$ , *ns*)<sup>23</sup>,

<sup>21</sup> Variante do teste *t* para variâncias não homogêneas.

<sup>22</sup> Maior efeito envolvendo o fator Ordem é de  $F(1, 127) = 3.18$ , *ns*.

<sup>23</sup> Variante do teste *t* para variâncias não homogêneas.

mas a sua atribuição ao grupo de comparação é afetada pela valência social dos mesmos. Neste caso é mais atribuída ao grupo de comparação negativo do que ao positivo (6.89 vs. 4.85 respectivamente;  $t_{130} = 7.01, p < .001$ ). Na atribuição das atitudes em relação à hierarquia os participantes parecem seguir as “características próprias” do grupo de comparação no que concerne a existência mais ou menos evidente de uma hierarquia na sua estrutura.

Por último, no que diz respeito à dimensão *Características Sociais Negativas* (CSN), mais uma vez a ANOVA revelou o efeito da variável *Valência do Grupo de Comparação*,  $F(1, 127) = 5.27, p = .023, \eta^2 = .04$ ; sendo este qualificado pela interação *Valência do Grupo de Comparação x Atribuição aos Membros da Praxe Académica vs. Grupo de Comparação*,  $F(1, 127) = 18.15, p < .001, \eta^2 = .13$  (maior efeito restante  $F(1, 127) = 2.10, ns$ ).

Decompondo a interação em função do fator intra-sujeitos *Atribuição aos Membros da Praxe Académica vs. Grupo de Comparação* (cf. Quadro 7), e em concomitância com o que sucedeu com as atribuição das duas dimensões anteriores, a atribuição destas características aos Membros da Praxe não sofre qualquer alteração consoante a valência social do grupo com que é contrastado ser positiva ou negativa (5.75 vs. 5.65,  $t_{130} < 1$ ). Pelo contrário, mais uma vez a atribuição da dimensão, que neste caso tem um valor negativo, aos outros grupos é afetada pela valência social dos mesmos: é menos atribuída ao grupo de valor positivo do que ao grupo de valor negativo (4.22 vs. 5.32;  $t_{130} = 4.00, p < .001$ ). Decompondo pelo fator *Grupo de Comparação* verificamos que esta dimensão é significativamente mais aplicada aos Membros da Praxe do que ao grupo de valor positivo (5.75 vs. 4.22;  $t_{65} = 7.04, p < .001$ ), não havendo diferenças na atribuição desta dimensão de valor social negativo aos Membros da Praxe e aos de um grupo de valor negativo (5.65 vs. 5.32;  $t_{65} = 1.96, ns$ ).

Podemos ainda afirmar que estas características são, na opinião dos nossos sujeitos, efetivamente aplicáveis aos Membros da Praxe, e isto sucede independentemente das condições experimentais, uma vez que o valor médio de atribuição destas características a este grupo difere sempre significativamente do ponto médio da escala (comparação com 5, menor  $t_{65} = 3.71, p < .001$ ).

*Atribuição das dimensões de Moralidade e de Competência aos grupos-alvo.* Os participantes deveriam ainda atribuir aos diferentes Grupos-Alvo as dimensões fundamentais de julgamento *Moralidade* e *Competência*. A nossa predição relativamente à atribuição destas dimensões segue a mesma linha da hipótese anterior referente às dimensões de valência social positiva. Assim, esperávamos que os participantes que se identificam fortemente com os Membros da Praxe Académica, atribuíssem mais a estes membros do que aos de um qualquer outro grupo as dimensões de Moralidade e Competência independentemente da valência do grupo de comparação (*ingroup bias*). Relativamente aos sujeitos com baixos níveis de identificação com os Membros da Praxe, esperávamos obter um

padrão de atribuições determinado, mais uma vez, pelo valor relativo dos grupos em contraste: discriminarão negativamente os Membros da Praxe relativamente aos de um grupo de valência positiva, e positivamente em relação aos de um grupo que, comparativamente com este grupo, possua uma valência social negativa.

Quadro 7.

*Médias e desvios-padrão da atribuição das dimensões de Moralidade e Competência aos Membros da Praxe Acadêmica e ao Grupo de Comparação (Ambientalistas vs. Políticos)*

<i>Grupo de Comparação</i>	<i>Atribuição aos Membros Praxe</i>		<i>Atribuição ao Grupo de Comparação</i>		
	<i>Moralidade</i>	<i>Competência</i>	<i>Moralidade</i>	<i>Competência</i>	
<i>Com Valência Positiva</i>	<i>M</i> ( <i>DP</i> )	4.99 (1.50)	5.64 (1.43)	6.32 (1.09)	6.49 (1.15)
<i>Com Valência Negativa</i>	<i>M</i> ( <i>DP</i> )	4.99 (1.52)	5.59 (1.66)	3.68 (1.41)	5.04 (1.66)

A ANOVA de medidas repetidas entrando os fatores intra-sujeitos *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação* e *Atribuição de Moralidade vs. Competência* revelou os seguintes efeitos: *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação* ( $F 1, 127 = 6.74, p = .011; \eta^2 = .26$ ); *Identificação com os Membros da Praxe Acadêmica de Valência do Grupo de Comparação*; *Identificação com os Membros da Praxe Acadêmica x Valência Grupo de Comparação* ( $F 1, 127 = 4.63, p = .033; \eta^2 = .04$ ); *Atribuição da Moralidade e Competência x Identificação com os Membros da Praxe Acadêmica* ( $F 1, 127 = 5.12, p = .025; \eta^2 = .04$ ); *Atribuição Moralidade e Competência x Valência do Grupo de Comparação* ( $F 1, 127 = 45.57, p < .001; \eta^2 = .26$ ); *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação x Valência do Grupo de Comparação* ( $F 1, 127 = 12.84, p < .001; \eta^2 = .09$ ); *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação x Atribuição Moralidade e Competência x Valência do Grupo de Comparação* ( $F 1, 127 = 33.28, p < .001; \eta^2 = .21$ ; maior efeito restante:  $F 1, 127 = 3.09, ns$ ).<sup>24</sup>

Uma vez mais a interação requerida pelas nossas previsões não se verifica (interação de 3ª ordem). O padrão de médias que apresentamos no Quadro 7 corresponde a análise da interação de 2ª ordem que é significativa. Decompondo esta interação em função do fator intra-sujeitos *Atribuição aos Membros da Praxe Acadêmica vs. Grupo de Comparação*, verificamos que o efeito *Atribuição Moralidade e Competência x Valência do Grupo de Comparação* é significativo na atribuição ao grupo de

<sup>24</sup> Maior efeito envolvendo o fator Ordem é de  $F (1, 127) = 1.54, ns$ .

comparação,  $F(1,130) = 43.47, p < .001$ , mas não na atribuição ao grupo dos membros da praxe,  $F(1,130) < 1$ , onde se verifica apenas o efeito principal de *Atribuição Moralidade e Competência*,  $F(1,130) = 42.53, p < .001$ . De facto, na atribuição destas duas dimensões genéricas de julgamento social, verificamos que quando se trata dos membros da praxe lhes é atribuída mais Competência do que Moralidade (5.62,  $DP = 1.54$  vs.  $M = 4.99, DP = 1.50$ ). Contudo, a atribuição de Moralidade (4.99 vs. 4.99) ou de Competência (5.64 vs. 5.59) a este grupo é independente do grupo com o qual é contrastado (ambos  $t_{130} < 1$ ). Pelo contrário, pelo padrão de médias relativo aos grupos de comparação podemos constatar que ao grupo com valor positivo é atribuída tanta Moralidade como Competência (6.32 vs. 6.49;  $t_{65} = 1.94, ns$ ), enquanto que ao grupo com valor negativo é atribuída menor do que Moralidade do que Competência (3.68 vs. 5.04;  $t_{65} = 8.76, p < .001$ ). Adicionalmente verificamos que ambas as dimensões são mais atribuída ao grupo de valor positivo, que é considerado mais Moral e mais Competente do que o de valor negativo (respetivamente, 6.32 vs. 3.68,  $t_{130} = 11.96, p < .001$  e 6.49 vs. 5.04,  $t_{115.98} = 5.83, p < .001$ ). Por outro lado, verificamos que a atribuição destas dimensões fundamentais do julgamento social acusa o efeito da valência social dos mesmos, uma vez que tanto a dimensão de Moralidade como a de Competência é significativamente mais atribuída a um grupo de valência social positiva do que aos Membros da Praxe Académica (respetivamente, 6.32 vs. 4.68,  $t_{65} = 5.92, p < .001$  e 6.49 vs. 5.64,  $t_{65} = 3.99, p < .001$ ), e mais a este grupo do que a um de valência social negativa (respetivamente, 4.99 vs. 3.68,  $t_{65} = 6.12, p < .001$  e 5.59 vs. 5.04,  $t_{65} = 2.34, p = .022$ ), o que vai de encontro ao posicionamento dos grupos quanto à sua valência social (Ambientalistas mais valorizados socialmente do que os Membros da Praxe, e estes, por sua vez, mais valorizados socialmente do que os Políticos).

#### 2.3.4 Discussão e Conclusões

A partir dos nossos resultados, é possível constatar que, nas diversas medidas dependentes, não obtivemos a interação de 2ª ordem entre os fatores do plano do estudo. Ou seja, não se confirmam as nossas predições. Assim, não nos foi possível verificar qualquer fenómeno de favorecimento endogrupal por parte dos sujeitos altamente identificados com os Membros da Praxe Académica, uma vez que não se obteve um efeito da variável de identificação com este grupo. Como afirma Brewer (2009), as identidades sociais “derivam de uma tensão fundamental entre as necessidades humanas de validação e similaridade com outros, contrabalançadas com as necessidades de distinção e individualidade” (p.5). Mais especificamente, é proposto que as identidades sociais são seleccionadas e ativadas na medida em que ajudam a conseguir o equilíbrio entre as necessidades de inclusão e as necessidades de diferenciação num determinado contexto social. Um objetivo crucial para os membros do grupo é revelar uma identidade social positiva e distintiva. Os indivíduos maximizam cognitivamente o rácio das diferenças intergrupo-intragrupo, auto-assimilando-se a um protótipo endogrupal e

desenvolvendo atitudes de favorecimento endogrupal (cf. Marques, Abrams & Serôdio, 2001). Este processo não se verificou no presente estudo, uma vez que os resultados não evidenciam qualquer tentativa de diferenciação positiva por parte dos sujeitos que apresentam uma alta identificação com os Membros da Praxe Acadêmica. Esta poderia ter-se manifestado, por exemplo, através da mais forte atribuição das dimensões com valência positiva, fazendo o inverso relativamente às dimensões de valência absoluta negativa (*Características Sociais Negativas*) ao seu grupo do que a outros grupos. Isto verificar-se-ia num contexto de contraste com outros grupos, quer estes tivessem uma valência social positiva ou negativa.

Segundo Lepore e Brown (2000), a estereotipagem automática não é uma consequência da categorização quando as características estereotípicas – com ou sem um rótulo categorial – são diretamente representadas, mas é antes causa de julgamentos estereotípicos. Devine (1989 cit in Lepore & Brown, 2000) criou um contexto experimental no qual, subconscientemente, representou tanto a categoria *Negros* e o conteúdo estereotípico. Os indivíduos com elevados níveis de preconceito e os com baixos níveis não diferiram na sua subsequente impressão sobre o alvo. Apesar de este estudo ser cotado como demonstrativo de que as pessoas com baixo e elevado preconceito ativam automaticamente o estereótipo da mesma forma negativa, na realidade não o faz efetivamente. Com efeito, tanto o rótulo categorial como os atributos estereotípicos foram apresentados na representação. Logo, se a força da associação da categoria e dos atributos varia com o grau de preconceito continua a ser uma questão por responder. Os resultados de Devine têm vindo a ser explicados como sendo atribuíveis ao *priming* semântico. A ausência de diferenças entre indivíduos altamente preconceituosos e indivíduos com baixos níveis de preconceito pode então ter outra explicação. Como acontece com todo o conhecimento, os estereótipos estão armazenados na memória e podem ser ativados, ficando temporariamente acessíveis (Lepore & Brown, 2000). A ativação do conhecimento disponível resulta nos sobejamente comprovados efeitos de assimilação em construtos aplicáveis. Neste seguimento, emerge a questão de que, tal como aconteceu no estudo de Devine com indivíduos com elevado e baixo preconceito, no presente ao serem apresentadas as categorias e os atributos estereotípicos, a identificação com o grupo terá acabado por ficar em segundo plano, ocorrendo uma ativação automática do estereótipo, uma vez que os indivíduos altamente identificados com os Membros da Praxe não os distinguiram positivamente dos restantes grupos, através de uma maior atribuição das dimensões positivas e menor aplicabilidade da dimensão negativa.

Segundo Brown (1995), existem evidências de que os processos de categorização produzem efeitos profundos e complexos nas relações intergrupais, uma vez que a categorização proporciona as circunstâncias necessárias para que os indivíduos passem a favorecer os seus grupos em detrimento de outros aos quais não pertencem. Contudo, e contrariamente à hipótese da familiaridade (Linville *et al.*,

1989) que postula que, decorrente da quantidade de informação que os sujeitos possuem acerca dos endo e dos exogrupos, haverá uma maior propensão a associar uma maior homogeneidade relativamente aos exogrupos do que aos endogrupos (Brown, 1995) – uma vez que habitualmente conhecemos e interagimos mais com os membros dos grupos aos quais pertencemos, o que resulta na percepção de maiores diferenças entre eles, em oposição ao que sucede com os membros dos exogrupos que acabamos por não diferenciar – um outro modelo adota uma perspectiva ligeiramente distinta, sugerindo que não é a informação relativa a um número de exemplares específicos dos grupos que realmente importa, mas antes a natureza da categoria como um todo (Park *et al.*, 1991 *cit in* Brown, 1995). De acordo com esta perspectiva, os indivíduos retêm nas suas mentes não é a súmula de informação conhecida sobre membros do endogrupo ou do exogrupo, mas antes concepções mais abstratas das categorias como um todo, moldadas pela prototipicidade dos membros de cada uma e de alguma estimativa quanto à variabilidade em torno deste protótipo. Poderá aqui residir a explicação para a inexistência do efeito do fator *Identificação com os Membros da Praxe Académica* (a partir da qual acabamos por considerar os participantes como estando perante um *endogrupo* ou um *exogrupo*), potenciando a ideia da existência de estereótipos sobre os membros da Praxe, uma vez que não existem distinções entre os indivíduos que se identificam e aqueles que não se identificam com a Praxe na atribuição das características que aparentemente compõem a categorização que é feita sobre este grupo, sejam estas características positivas ou negativas. Assim, os participantes altamente identificados com os membros da Praxe podem não os distinguir positivamente de outros grupos relativamente à atribuição das diferentes dimensões devido ao facto de também eles conceberem um protótipo de *Membros da Praxe Académica* não distinto daquele que é concebido por indivíduos que não se identificam com este grupo.

Uma outra explicação para a não diferenciação da atribuição das dimensões estereotípicas entre os sujeitos do endogrupo e os do exogrupo poderá estar associada ao possível reconhecimento por parte dos sujeitos que se identificam com os Membros da Praxe Académica da avaliação que os outros fazem relativamente a este grupo. Algumas conceptualizações do auto-conceito destacaram a forma como os outros nos veem, ou pelo menos as nossas percepções em relação a isso, influenciam a forma como nos concebemos a nós próprios (Cooley, 1902 *cit in* Oyserman, 2004). Segundo Mead (1921; 1934) os outros são vitais na produção e experiência de si próprio, pois o *Eu* só pode existir para o indivíduo se este assumir os papéis dos outros. O *Eu* é então experienciado indiretamente a partir das posições indiretas dos outros indivíduos membros do mesmo grupo social, ou pela posição geral do grupo social (*cit in* Oyserman, 2004).

Parece-nos, no entanto, fundamental procurar interpretar os resultados obtidos que, apesar de não serem totalmente consistentes com as nossas predições, não invalidam a ideia central do estudo – a existência de estereótipos referentes aos Membros da Praxe Académica. Como definem Hogg e

Abrams (1988), os estereótipos são crenças largamente partilhadas acerca das características que os membros de um grupo têm, que os definem e diferenciam de membros de outros grupos. Os estereótipos podem ser generalizações de qualquer valor, portanto, favoráveis ou desfavoráveis, existindo, porém uma tendência dos indivíduos em associar estereótipos favoráveis ao endogrupo e desfavoráveis ao exogrupo. Com efeito, constatamos que na quase totalidade das medidas dependentes em análise existiu um efeito da interação entre a variável *Grupo de Comparação* e a *Atribuição aos Membros da Praxe Académica vs. Grupo de Comparação*<sup>25</sup>. Não se obteve qualquer diferença na aplicabilidade das medidas aos Membros da Praxe Académica como resultado do grupo com o qual eram contrastados ser positivo ou negativo, sendo que todas as dimensões de avaliação estereotípicas (que derivaram primeiramente de um conjunto de evocações de características definidoras dos Membros da Praxe) foram altamente atribuíveis a este grupo. É preciso enfatizar que a atribuição das características foi efetuada por participantes que não aqueles que evocaram as características, verificando-se assim uma confirmação do conteúdo estereotípico dos participantes do Estudo 1 relativamente aos Membros da Praxe, por parte dos que participaram no Estudo 3.

Contudo, no que concerne aos grupos de comparação, verifica-se que a atribuição das diferentes dimensões a estes grupos é afetada pela valência ou estatuto social dos mesmos: As dimensões de valência positiva são mais atribuídas ao grupo de valor social positivo do que ao de valor social negativo, ocorrendo o inverso na atribuição da dimensão de valência negativa.

A teoria da auto-categorização postula que existe, por parte dos indivíduos, uma motivação fundamental para clareza cognitiva. Ou seja, os indivíduos procurarão maximizar cognitivamente as diferenças entre categorias (Hogg, 1992). Como podemos constatar nos resultados, as características evocadas no Estudo 1, cuja avaliação de negatividade/positividade a elas associadas as agregou em 4 dimensões distintas (Estudo 2) e cujas respetivas valências foram conferidas na Fase 1 do Estudo 3, não só estão fortemente associadas aos Membros da Praxe Académica, como são significativamente mais associadas a este grupo em particular do que a qualquer um dos outros grupos cujo valor social é inverso à valência da própria dimensão. Assim, as *Atitudes de Comprometimento Social*, dimensão de valência positiva, são igualmente atribuíveis aos Membros da Praxe e a um grupo de comparação de valência positiva, mas são significativamente mais atribuíveis aos Membros da Praxe do que a um grupo de comparação de valência negativa. Já relativamente às *Características Sociais Negativas* verifica-se o inverso, ou seja, enquanto são igualmente atribuíveis aos membros de um grupo de valor negativo e aos Membros da Praxe, são significativamente mais atribuíveis a estes grupos do que a um grupo de valor social positivo. Ainda assim, verificamos que há uma tendência para a diferenciação dos Membros da Praxe Académica dos outros grupos na atribuição das diferentes dimensões. Contudo, a não ocorrência

---

<sup>25</sup> Exceção para a dimensão *Características Sociais Positivas*

do efeito de interação de 2ª ordem torna irrelevante que se reporte a tendência de associação de estereótipos favoráveis ao endogrupo e desfavoráveis ao exogrupo.

De todo o modo, os resultados deste estudo sustentam parcialmente a ideia fundamental deste trabalho. Com efeito, as dimensões evocadas, de valência positiva ou negativa, são claramente associadas aos Membros da Praxe, não existindo uma distinção entre estes e o grupo cujo valor social é homólogo à valência da própria dimensão, quer esta seja negativa ou positiva. Por outro lado, importa realçar os resultados obtidos relativamente à dimensão *Atitudes em Relação à Hierarquia*, cuja valência não é nem positiva nem negativa, e que foi claramente mais atribuída aos Membros da Praxe Académica do que a qualquer outro grupo de comparação. Deste modo, esta poderá afigurar-se como uma dimensão estereotípica fundamental relativamente aos Membros da Praxe, uma vez que é aquela cuja atribuição potencia uma maior diferenciação deste grupo com outros com o qual seja contrastado. Ou seja, esta dimensão potencia a operação de um *metacontraste*. Efetivamente, esta dimensão foi aquela que foi mais altamente atribuída aos *Membros da Praxe Académica* comparativamente com as outras dimensões, sendo a única que revela uma tendência para a distinção deste grupo social dos outros com o qual é contrastada no contexto criado neste estudo, independentemente do valor social dos *Grupos de Comparação*.

O recurso a um determinado protótipo numa situação definida resulta da interação entre fatores de carácter psicológico e fatores de carácter contextual. A componente psicológica diz respeito à disponibilidade cognitiva de uma dada categoria (a sua acessibilidade relativamente a outras categorias também disponíveis) para o indivíduo. A componente contextual está associada ao grau de adequação entre as categorias disponíveis e as propriedades dos estímulos presentes no contexto de julgamento (Oakes, 1987). Assim, o indivíduo procurará interpretar, ou construir cognitivamente, uma dada situação social, evocando as categorias que permitem estabelecer a relação mais clara possível entre semelhanças intragrupo e diferenças intergrupo. A teoria da auto-categorização centra-se na dependência que as categorias salientes numa determinada situação perceptiva têm em relação ao contexto em que essa situação ocorre. Ou seja, as categorias utilizadas para extrair significado de uma situação perceptiva dependem diretamente do contexto, e não o inverso (Oakes *et al.*, 1994 *cit in* Serôdio, 1999). A categorização será, assim, um processo dinâmico que resulta mais da relevância de certos atributos num momento particular, do que das características supostamente estáveis, ou intrínsecas, dos estímulos e das semelhanças e diferenças decorrentes dessas categorias (Oakes *et al.*, 1998). Neste seguimento, podemos compreender estes resultados relativos à atribuição da dimensão *Atitudes em Relação à Hierarquia* no sentido em que a categoria em causa, os Membros da Praxe Académica, constitui, naturalmente, uma categoria acessível aos sujeitos que participaram no estudo (estudantes do Ensino Superior), e potencialmente mais acessível até dos que os grupos de contraste, e, por sua vez,

se, efetivamente, estivermos perante estereótipos relativamente aos Membros da Praxe Académica, compreende-se que a maior associação da dimensão em causa a este grupo em específico, em detrimento de outros grupos de comparação, acaba por se revelar adequada.

Relativamente às dimensões fundamentais do julgamento social, a Moralidade e Competência, também não obtivemos qualquer efeito da interação de 3ª ordem *Identificação com os Membros da Praxe x Grupo de Contraste x Atribuição aos Membros da Praxe Académica vs. Grupo de Comparação x Atribuição de Moralidade vs. Competência*, não podendo por isso, e mais uma vez, testar um *ingroup bias* por parte dos participantes com elevado grau de identificação com o grupo. Os resultados revelam maior atribuição de ambas as dimensões ao grupo de valor positivo, que é considerado mais Moral e mais Competente do que o de valor negativo. A atribuição destas dimensões fundamentais do julgamento social comporta o efeito do valor social dos mesmos: Ou seja, tanto a Moralidade como a Competência são significativamente mais atribuídas a um grupo de valor social positivo do que aos Membros da Praxe Académica, e mais a este grupo do que a um que, tanto em termos absolutos como comparativamente, tem um valor social negativo.

Segundo Tajfel e Forgas (2000), é necessário ter em consideração o valor no contexto de categorização social quando duas ou mais categorias diferem uma da outra quanto à conotação de valor associado às mesmas. Os valores não só têm um papel preponderante na formação, mas sobretudo na manutenção e preservação das categorias sociais existentes. Como tem vindo a ser amplamente reconhecido por diversos investigadores, uma vez estabelecidas, as categorias sociais têm um efeito enviesante e filtrante nas perceções dos indivíduos. Por exemplo, Kelly (1955 *cit in* Tajfel & Forgas, 2000) sugeriu que a informação poderá ser seletivamente reinterpretada de forma a corroborar os construtos psicológicos previamente existentes e, de facto, parece existir uma forte tendência para os indivíduos realizarem viés que vão de encontro à conformação ao invés da infirmação das suas hipóteses relativamente ao universo social, viés esses que, deste modo, contribuem para a manutenção e preservação dos sistemas de categorização social. Para além disso, promovem a preservação e a maximização da distinção das categorias sociais existentes (Tajfel & Forgas, 2000).

Deste modo, podemos considerar que a atribuição das dimensões Moralidade e Competência obedece à preservação do valor social do grupo, uma vez que foram significativamente mais atribuídas ao grupo de valor social positivo comparativamente com os Membros da Praxe Académica, cujo valor social previamente apurado na primeira fase do estudo é significativamente inferior ao dos Ambientalistas (grupo de valor social positiva), e, por sua vez, são também mais atribuídas aos Membros da Praxe Académica do que aos Políticos, cujo valor social é negativo e significativamente inferior ao que é imputado aos Membros da Praxe.

Quando fazemos julgamentos sobre pessoas, comportamentos, grupos ou culturas, a diferenciação entre os alvos parece incidir sobre estas duas dimensões fundamentais. No que respeita aos estereótipos relativos a grupos sociais, várias investigações debruçaram-se nas regularidades sistemáticas no conteúdo dos mesmos (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002). Tal como já havia sucedido na atribuição das outras dimensões de avaliação, a atribuição das dimensões Moralidade ou Competência ao grupo dos Membros da Praxe é independente do grupo com o qual é contrastado, parecendo sobressair a referida regularidade estereotípica no conteúdo que, neste caso, não sofreu qualquer influência da comparação com outro grupo.

### CAPÍTULO 3. Considerações Finais

*É evidente que haverá sempre exceções. Será, aliás, interessante, descobrir porque razão certas pessoas se comportam excepcionalmente. Mas para o psicólogo social, ainda é mais importante descobrir porque razão, tantas pessoas se comportam da mesma maneira, como muitas vezes acontece.* (Tajfel, 1978 cit in Tajfel, 1981, p.24)

Com o presente trabalho procurámos averiguar a existência de estereótipos relativamente a um grupo social em particular, testando se num contexto de comparação social em interação com a *identificação com os Membros da Praxe Académica*, ocorreria um favorecimento endogrupal por parte dos indivíduos altamente identificados com este grupo, e uma diferenciação na atribuição das diversas dimensões baseada no valor social dos diferentes grupos por parte dos indivíduos com baixos níveis de identificação com os Membros da Praxe.

Segundo Taylor e Moghaddam (1994), os teóricos interessados nos grupo e nos processos intergrupais não podem ignorar os processos de atribuição, uma vez que estão relacionados com a forma como fazemos julgamentos acerca das pessoas, de nós próprios como dos outros. No entender destes autores, a questão central colocada pelos teóricos da atribuição é a de como os indivíduos se focam numa ou mais causas dentro das inúmeras causas possíveis num instante de comportamento social. É preciso considerar duas categorias de princípios: Emocionais e racionais. A categoria racional envolve o uso lógico da informação que a pessoas utilizam para tomarem decisões acerca da causa de um determinado comportamento. “A categoria emocional envolve o ignorar de informação que poderia levar a um julgamento racional e, em vez disso, fazer atribuições desenhadas para ir ao encontro das necessidades do examinador, estando presente o *self-serving bias*, isto é, a tendência dos indivíduos para fazerem atribuições que protegem ou gratificam o seu ego” (Taylor & Moghaddam, 1994, p.167). Este projeto procurou averiguar esta tendência de auto-favorecimento, esperando uma diferenciação na atribuição das diferentes dimensões de avaliação que evidenciasse uma maior atribuição de dimensões de cariz positivo e menor atribuição da dimensão de valência negativa aos Membros da Praxe Académica por parte dos membros altamente identificados com este grupo. Pelo contrário, entre aqueles que não se identificam, ou identificam pouco, com o grupo dos Membros da Praxe esperávamos uma diferenciação baseada no valor social dos grupos-alvo.

Apesar de não serem consistentes com as nossas predições, os resultados do Estudo 3 revelam uma atribuição estereotípica das dimensões de avaliação resultantes dos estudos anteriores, uma vez que todas são altamente atribuídas ao grupo dos Membros da Praxe. Essa atribuição não evidencia qualquer influência da comparação social com os outros grupos: Ou seja, é independente do valor social relativo dos grupos com os quais os Membros da Praxe são contrastados. Por outro lado,

salienta-se o facto de uma dimensão de avaliação de valência positiva (*Atitudes de Comprometimento Social*) ser igualmente atribuída ao grupos dos Membros da Praxe e aos de um outro grupo de valor social positivo. Um processo análogo verifica-se no padrão de atribuição da dimensão de valor negativo (*Competências Sociais Negativas*): Esta é igualmente atribuível aos Membros da Praxe e aos de um grupo de valor social negativo. Há, no entanto, que destacar a dimensão de *Atitudes em Relação à Hierarquia*, cuja atribuição aos Membros da Praxe se demarca claramente da atribuição aos outros grupos de comparação, sendo a única que parece evidenciar a operação do *princípio do metacontraste* postulado pela TAC.

Neste estudo, recolhemos evidência consistente com a preponderância das dimensões de Moralidade e Competência no julgamento social. Com efeito, enquanto na atribuição das outras dimensões de avaliação aos diferentes grupos em análise não se verificou um claro efeito do valor social dos grupos, na atribuição das dimensões Moralidade e Competência este é sistemático. É atribuída maior moralidade e maior competência ao grupo de valor social mais positivo, e menor em ambos os casos ao grupo de valor social negativo.

Importa, porém, apontar algumas limitações do estudo e possíveis sugestões para investigações futuras neste âmbito do estudo dos estereótipos e da identidade social. Na abordagem da identificação social, o favorecimento do endogrupo surge a partir de um contexto social em que uma distinção específica entre categorias está muito saliente e que, por isso, torna também premente a necessidade de distintividade positiva do endogrupo e a motivação para alcançar e manter uma identidade social positiva (e.g. Brewer & Gaertner, 2004). Possivelmente esta distintividade não foi verdadeiramente proporcionada, podendo isso dever-se a uma não conseguida escolha dos grupos de comparação. A escolha de outros grupos de contraste, porventura mais relacionados com os próprios *Membros da Praxe* (e.g. membros de associações de estudantes; e.g. perpetradores de *bullying*) propiciaria um contexto social proeminente para uma distinção do grupo dos Membros da Praxe Académica por parte de indivíduos altamente identificados com este grupo, e ainda na diferenciação realizada pelos indivíduos não identificados com os membros da praxe, uma vez que o viés contra os exogrupos difere consoante o grupo e a relação percebida entre este e outros grupos sociais (Fiske, Cuddy & Glick, 2006). Como afirmam Ellemers e Kippenberg (1997), a comparação de percepções ou estereótipos sobre determinados grupos em diferentes contextos é que clarifica quais os aspetos flexíveis dos estereótipos e quais os que se mantêm inalteráveis. Por exemplo, Doise, Deschamps e Meyers (1978 *cit in* Ellemers & Kippenberg, 1997) manipularam indiretamente o contexto social relevante, confirmando que as percepções sobre um mesmo grupo podem variar dependendo dos grupos com que são contrastados.

Teria sido pertinente realizar este estudo não apenas com participantes que, naturalmente, têm um maior contacto com o grupo-alvo, mas também com outros não pertencentes ao universo estudantil universitário. Segundo Campbell (*cit in* Marques, 1986), os estereótipos apresentam algum grau de “validade social”, isto é, são representações sobre papéis sociais reais e, por isso, possuem uma componente realística. Essa componente é uma função inversa da quantidade de contacto interpessoal entre membros do grupo e membros e os membros que não pertencem ao grupo (Levine & Campbell, 1972 *cit in* Marques, 1986). Quando o contacto é insuficiente para sustentar um estereótipo “fidedigno”, o estereótipo é composto por crenças sociais generalizadas acerca do grupo. Será, por isso, interessante perceber as diferenças existentes na própria evocação de características sobre este grupo por parte de membros da Praxe Académica e de pessoas não só não pertencem à mesma, como têm um escasso contacto com este grupo, contrastando posteriormente a atribuição das diferentes dimensões daí resultantes por parte dos diferentes grupos de participantes (endogrupo vs. exogrupo) num contexto de comparação intergrupala.

Para concluir, parece-nos que este trabalho contribuiu para a emergência de um novo grupo de interesse para o estudo dos estereótipos no contexto nacional. Segundo Operario & Fiske (2000) as perceções sobre os exogrupos são particularmente vulneráveis aos efeitos cognitivos do comportamento negativo e/ou extremo, resultando numa correlação ilusória. Na verdade, e como já foi anteriormente referido, quando vemos estampadas nos jornais notícias relacionadas com os Membros da Praxe, estas reportam maioritariamente atos ilícitos realizados em contexto de Praxe, sendo raramente noticiados outras atividades que se contrapõem ao “estereótipo” da humilhação e da procura de poder sobre os outros associados aos Membros da Praxe. A investigação sobre a saliência indica que a atenção flutua entre estímulos negativos e extremos. Como discutimos no enquadramento teórico deste trabalho, este processo verifica-se porque, geralmente, espera-se que as outras pessoas ou eventos sejam de algum modo positivos ou benignos (Matlin & Stang, 1978 *cit in* Operario & Fiske, 2000). Portanto, por um efeito de contraste, os estímulos negativos e extremos acabam por se destacar. Consequentemente, os observadores assumem que os estímulos negativos e extremos são o diagnóstico de uma pessoa ou situação, e tornam-se centrais para a subsequente formação de impressões (Skowronski & Carlston, 1989 *cit in* Lupfer, Weeks & Dupuis, 2000). Não ignorando o absurdo patente em muitas das ações realizadas sobre a *capa* da dita Tradição Académica, podemos sempre questionar os fatores sociais, ou mesmo agendas sociais, que poderão estar *implícitos* nas atuais críticas e proibições relacionadas com a Praxe Académica.

## Referências Bibliográficas

Álvaro, J. & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw.Hill.

Brewer, M. (2009). Motivations underlying ingroup identification – optimal distinctiveness and beyond. Em Otten, S., Sassenberg, K. & Kessler, .T. (Eds.). *Intergroup Relations – The role of motivation and emotion*. New York: Psychology Press, pp. 5 – 22.

Brewer, M. & Gaertner, S. (2004). Toward reduction of prejudice: Intergroup contact and social categorization. In M. Brewer & M. Hewstone (Eds.), *Self and social identity*. Malden, MA: Blackwell, pp. 298 – 318.

Bruner, J. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64, 123 – 152.

Brown, R. (1995). *Prejudice – It's Social Psychology*. Oxford: Blackwell.

Ellemers, N. & Knippenberg, A. (1997). Stereotyping in social context. In R. Spears, P. Oakes, N. Ellemers & S.A. Haslam (Eds.). *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*. Cambridge: Blackwell Publishers, pp. 208 – 235.

Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P. & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from the perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 878 – 902.

Fiske, S.; Cuddy, A. & Glick, P. (2006). Universal dimensions of social cognition: warmth and competence. *Trends in Cognitive Sciences*, 11, Nº2, pp. 77 – 83.

Frias, A. (2003). Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 81 – 116.

Hogg (2006). Social Identity Theory. In P. Burke (Eds.). *Contemporary social psychological theories*. California: Satandford Social Sciences, pp. 111 – 136.

Hogg (1992). *The social psychology of group cohesiveness*. London: Harvester Wheatsheaf.

Hogg, M. A., & Abrams, D. (1988). *Social identifications: A social psychology of intergroup relations*. New York: Routledge, Chapman & Hall.

Hogg, M.A. & McGarty, C. (1990). Self-categorization and social identity. In M.A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Social Identity Theory*. (pp. 10 – 27). London: Prentice Hall.

Hogg, M., Vaughan, G. (1998). *Social Psychology*. 2 ed., London: Prentice Hall.

Judd, C.; James-Hawkins, L.; Yzerbyt, V. & Kashima, Y. (2005). Fundamental dimensions of social judgement: Understanding the relations between judgments of competence and warmth. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89, N°6, pp. 899 – 913.

Kervyn, N., Yzerbyt, V. Y., Judd, C. M. & Nunes, A. (2009). A Question of Compensation: The Social Life of the Fundamental Dimensions of Social Perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 828 – 842.

Lepore, L. & Brown, R. (2000). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable?. In C. Stangor (Eds.). *Stereotypes and Prejudice*. Philadelphia: Psychology Press, pp. 119 – 137.

Lupfer, B.; Weeks, M & Dupuis, S. (2000). How pervasive is the negative bias in judgments based on character appraisal?. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, N°11, pp. 1356 – 1366.

Marques (1986). *Toward a definition of social processing of information: An application to stereotypes*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Louvain: Université Catholique de Louvain.

Marques, J., Abrams, D., Páez, D., & Hogg, M. A. (2001). Social categorization, social identification, and rejection of deviant group members. In M. A. Hogg & R. S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (Vol. 3, pp. 400-424). Oxford, Reino Unido: Blackwell Publishers.

Marques, J., Abrams, D. & Serôdio, R. (2001). Being better by being right: Subjective Group Dynamics and Derogation of In-Group Deviants when generic norms are undermine. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, [pp. 436 – 477].

Marques, J. & Paez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M.B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social*. (pp. 333 – 386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Oakes, J. P., Haslam, S. A. & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford, UK: Blackwell.

Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1998). The role of prototypicality in group influence and cohesion: Contextual variations in the graded structure of social categories. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez, & J. C. Deschamps (Eds.), *Social identity: International perspectives* (pp. 75-92). London: Sage Publications Ltd.

Operario, D. & Fiske, S. (2000) Stereotypes: Content, Structures, Processes, and Context. In Stangor, C. (Eds.) *Stereotypes and Prejudice: Essential Readings*. Philadelphia: Psychology Press, pp. 22 – 44.

Rego, M. (2009). “No meu grupo, prefiro um ‘burrinho’ ou uma ‘má pessoa’?” - *Reacção ao Desvio em Normas de Moralidade vs. de Competência: Efeitos do Contexto Intergrupar e da Pertença Grupal do Desviante*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Serôdio, R. (1999). *Reacção ao desvio nos grupos e homogeneidade normativa: Efeitos da categorização social e da uniformidade do grupo*. Tese de Mestrado em Psicologia Social. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto.

Stangor, C. Shaller, M. (2000) Stereotypes as individuals and collective representations. In Stangor, C. (Eds.) *Stereotypes and Prejudice: Essential Readings*. Philadelphia: Psychology Press [pp. 64-85].

Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.

Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais – I: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais – II: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H. & Forgas, J.P. (2000). Social categorization: Cognitions, Values and Groups. In C. Stangor (Eds.). *Stereotypes and Prejudice: Essential Readings*. (pp. 49 – 85) Philadelphia: Psychology Press.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7 – 24) Chicago, EUA: Nelson-Hall Publishers.

Taylor, D. & Moghaddam, F. (1994). *Theories of intergroup relations – International Social Psychological Perspectives*. 2 Eds. Westport: Praeger Publishers.

Turner, J. C., Hogg, M.A., Oakes, P. J., Reicher, S. D. & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. London: Blackwell.

Wojciszke, B. Pienkowski, R., Maroszek, A., Brycz, H. & Ratajczak, M. (1993). Lay inferences of personality traits: the role of behaviour prototypicality and between-trait differences. *European Journal of Social Psychology*, 3, 255 – 272.

Ybarra, O., Chan, E. & Park, D. (2001). Young and old adults' concerns about morality and competence. *Motivation and Emotion*, 25, 85 – 100.

Yzerbyt, V., Kervyn, N. & Judd, C. (2008). Compensation Versus Halo: The Unique Relations Between the Fundamental Dimensions of Social Judgment. *Society for Personality and Social Psychology*, 8, 1110 – 1123.

Yzerbyt, V., Roscher, S. & Schadron, G. (1997). Stereotypes as explanations: a subjective essentialistic view of group perception. In R. Spears, P. Oakes, N. Ellemers, S.A. Haslam (Eds.). *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*. Cambridge: Blackwell Publishers, pp. 20 – 50.

---

Anexos

---

## Anexo 1

### Questionário Estudo 1 – Evocações livres sobre as características dos Membros da Praxe Académica

---



## Anexo 2

### Características dos Membros da Praxe Académica resultantes do acordo entre juízes

---

	$\Sigma$		$\Sigma$
1. Unidos	13	33. Rigorosos	3
2. Promovem a integração	12	34. Desenrascados	3
3. Submissos (Submissos, Obrigação e Conformistas)	11	35. Irresponsáveis	3
4. Divertidos	9	36. Orgulho	3
5. Dedicção (Dedicção, Sacrifício)	9	37. Percebem-se uns aos outros	3
6. Espírito de grupo	9	38. Conciliam a praxe com os estudos	2
7. Hierarquia (Hierarquia, Respeitar regras)	8	39. Têm muito tempo livre	2
8. Autoritários (Autoritários, Imposição de Hierarquia)	8	40. Praxe mais importante que os estudos	2
9. Sociáveis	8	41. Praxe é Marcante	2
10. Consideram-se superiores (Superioridade, Prepotentes)	7	42. Jogo de personalidades	2
11. Exagero	7	43. Vontade de Ensinar	2
12. Arrogantes	7	44. Criativos	2
13. Isolados	7	45. Destabilizadores (Destabilizadores, Mal educados)	2
14. Espírito Académico	7	46. Retrógrados	1
15. Procuram o Poder	7	47. Procuram aliviar as suas frustrações	1
16. Responsáveis	7	48. Infantis	1
17. Extrovertidos (Extrovertidos, Alegres)	6	49. Aceitáveis	1
18. Solidários	6	50. Curiosidade	1
19. Excluem os outros (Excluir outros, Elitistas)	6	51. Errar e admitir erros	1
20. Não diferem dos outros (Não diferem dos outros, Grupo Normal)	6	52. Pessoas autónomas	1
21. Desumanos	5	53. Pessoas variadas	1
22. Idealistas (Idealistas, Irrealistas)	5	55. Vestem-se de preto	1
23. Líderes	4	56. Incoerentes	1
24. Dinâmicos	4	57. Não sabem o que é a verdadeira vida Académica	1
25. Amizade	4	58. Ideia errada de que participando na Praxe conseguem fazer mais amigos	1
26. Respeito	4	59. Beber	1
27. Não é construtiva (a Praxe)	4	60. Falsa Família	1
28. Tolerantes	4	61. Experiências coisas novas	1
29. Iguais aos outros	4	62. Saudade	1
30. Leais	3	63. Revolucionários	1
31. Possuem Valores	3	64. Praxe é uma brincadeira	1
32. Vontade de Aprender	3	65. Adaptáveis	1

## Anexo 3

### Questionário utilizado no Estudo 2

---

Sexo: M  F  Idade: \_\_\_\_\_

Apresentamos-lhe abaixo uma série de palavras ou expressões. Queremos que avalie cada uma delas numa escala que varia entre “Extremamente negativo” e “Extremamente positivo”.

Coloque uma cruz (☒) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião. Quanto mais considerar que é algo positivo, mais à direita deve colocar a cruz; quanto mais considerar que é algo negativo, mais à esquerda a deve colocar.

	Extremamente negativo					Extremamente positivo				
Ser desumano	<input type="checkbox"/>									
União	<input type="checkbox"/>									
Ser extrovertido	<input type="checkbox"/>									
Impor uma hierarquia	<input type="checkbox"/>									
Ser arrogante	<input type="checkbox"/>									
Hierarquia	<input type="checkbox"/>									
Estar isolado	<input type="checkbox"/>									
Ser líder	<input type="checkbox"/>									
Exagero	<input type="checkbox"/>									
Espírito de grupo	<input type="checkbox"/>									
Achar-se superior	<input type="checkbox"/>									
Procurar o poder	<input type="checkbox"/>									
Respeitar regras	<input type="checkbox"/>									

	Extremamente negativo					Extremamente positivo				
Ser alegre	<input type="checkbox"/>									
Ser prepotente	<input type="checkbox"/>									
Ser divertido	<input type="checkbox"/>									
Ter espírito académico	<input type="checkbox"/>									
Ser sociável	<input type="checkbox"/>									
Dedicação	<input type="checkbox"/>									
Ser responsável	<input type="checkbox"/>									
Ser submisso	<input type="checkbox"/>									
Ser autoritário	<input type="checkbox"/>									
Excluir os outros	<input type="checkbox"/>									
Ser conformista	<input type="checkbox"/>									
Ser elitista	<input type="checkbox"/>									
Sacrifício	<input type="checkbox"/>									
Integração	<input type="checkbox"/>									

**Obrigado pela sua colaboração**

## Anexo 4

### Questionário utilizado na Fase 1 do Estudo 3

---

Sexo: M  F  Idade: \_\_\_\_\_

CÓDIGO:

Ano que frequenta: \_\_\_\_\_

O presente questionário faz parte de um projecto no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

A sua participação é muito importante para a realização deste projecto. Os dados obtidos são anónimos e confidenciais, tendo acesso a eles apenas a equipa de investigação.

Agradecemos antecipadamente a sua participação.

Apresentamos-lhe abaixo uma série de palavras ou expressões. Queremos que avalie cada uma delas numa escala que varia entre “Extremamente negativo” e “Extremamente positivo”.

Coloque uma cruz (☒) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião. Quanto mais considerar que é algo positivo, mais à direita deve colocar a cruz; quanto mais considerar que é algo negativo, mais à esquerda a deve colocar.

	Extremamente negativo			Nem positivo nem negativo			Extremamente positivo		
Ser extrovertido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Impor uma hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exagero	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procurar o poder	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitar regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser prepotente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser divertido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser sociável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dedicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser conformista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser elitista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sacrifício	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Encontra de seguida uma série de grupos sociais. Queremos que avalie cada um deles em função da opinião que considera que a sociedade em geral tem sobre cada um, numa escala que varia entre “Extremamente negativo” e “Extremamente positivo”.

Coloque uma cruz (☒) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião. Quanto mais considerar que é um grupo visto como positivo pela sociedade em geral, mais à direita deve colocar a cruz; quanto mais considerar que é um grupo visto como negativo, mais à esquerda a deve colocar.

	Extremamente negativo			Nem positivo nem negativo			Extremamente positivo		
Mafiosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Homossexuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Políticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoas adoptadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desportistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reclusos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adolescentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ladrões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escuteiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Toxicodependentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ambientalistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Membros da Praxe Académica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Voluntários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ciganos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cientistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transmontanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sem-Abrigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Obrigado pela sua participação.**

## Anexo 5

### Questionário utilizado na Fase 2 do Estudo 3

---

*Versão utilizada na Condição Ordem = Grupo de Comparação vs. Praxe Académica;*

*Grupo de Comparação = Negativo*



---

O presente questionário faz parte da segunda fase de um projecto no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, no qual participou na primeira fase.

A sua participação é muito importante para a realização deste projecto. Os dados obtidos são anónimos e confidenciais, tendo acesso a eles apenas a equipa de investigação.

Agradecemos antecipadamente a sua participação.

---

Sexo: M  F  Idade: \_\_\_\_\_

CÓDIGO:

Ano que frequenta: \_\_\_\_\_

Apresentamos-lhe abaixo uma série de características ou comportamentos. Tendo em conta aquilo que conhece sobre os **Políticos**, indique em que medida considera que cada uma dessas características ou comportamentos se aplica a este grupo de pessoas.

Coloque uma cruz (☒) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião. A escala tem 9 pontos e varia entre “Não se aplica nada” e “Aplica-se completamente”. Quanto mais considerar que a característica se aplica aos **Políticos** mais à direita deve colocar a cruz; quanto menos considerar que a característica se aplica, mais à esquerda a deve colocar.

	Não se aplica nada			Não se aplica nem muito nem pouco			Aplica-se completamente		
Ser extrovertido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Impor uma hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exagero	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procurar o poder	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitar regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser prepotente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser divertido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser sociável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dedicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser conformista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser elitista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sacrifício	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Relativamente aos **Políticos**, gostaríamos que respondesse em que medida considera que, em geral, estas pessoas são:

	Nada		Nem muito nem pouco				Muito	
Sinceras	<input type="checkbox"/>							
Capazes	<input type="checkbox"/>							
Sensíveis	<input type="checkbox"/>							
Organizadas	<input type="checkbox"/>							
Generosas	<input type="checkbox"/>							
Eficientes	<input type="checkbox"/>							
Honestas	<input type="checkbox"/>							
Competentes	<input type="checkbox"/>							
Altruístas	<input type="checkbox"/>							
Inteligentes	<input type="checkbox"/>							

Ainda relativamente aos **Políticos**, indique a sua opinião nas questões abaixo:

	Discordo Totalmente		Não concordo, nem discordo				Concordo Totalmente	
Identifico-me com eles	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identifico-me com os ideais que defendem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dou valor às actividades que desenvolvem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que devíamos colaborar com eles	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Apresentamos-lhe de seguida as mesmas características ou comportamentos que viu anteriormente. Pedimos-lhe agora que, tendo em conta aquilo que conhece sobre os **Membros da Praxe Académica**, indique em que medida considera que cada uma dessas características ou comportamentos se aplica a este grupo de pessoas.

	Não se aplica nada		Não se aplica nem muito nem pouco				Aplica-se completamente	
Ser extrovertido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Impor uma hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exagero	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procurar o poder	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitar regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser prepotente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser divertido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser sociável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dedicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser conformista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser elitista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sacrifício	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hierarquia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Relativamente aos **Membros da Praxe Académica**, gostaríamos que respondesse em que medida considera que, em geral, estas pessoas são:

	Nada			Nem muito nem pouco				Muito	
Sinceras	<input type="checkbox"/>								
Capazes	<input type="checkbox"/>								
Sensíveis	<input type="checkbox"/>								
Organizadas	<input type="checkbox"/>								
Generosas	<input type="checkbox"/>								
Eficientes	<input type="checkbox"/>								
Honestas	<input type="checkbox"/>								
Competentes	<input type="checkbox"/>								
Altruístas	<input type="checkbox"/>								
Inteligentes	<input type="checkbox"/>								

Ainda relativamente aos **Membros da Praxe Académica**, indique a sua opinião nas questões abaixo:

	Discordo Totalmente			Não concordo, nem discordo				Concordo Totalmente	
Identifico-me com eles	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identifico-me com os ideais que defendem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dou valor às actividades que desenvolvem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que devíamos colaborar com eles	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Obrigada pela sua participação.**